

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



**QUESTÕES PROCESSUAIS ATINENTES À
RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL E CONTRA-ORDENACIONAL
DAS PESSOAS COLETIVAS**

Filipa Andreia Nobre de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

– 2019 –



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

QUESTÕES PROCESSUAIS ATINENTES À
RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL E CONTRA-ORDENACIONAL
DAS PESSOAS COLETIVAS

FILIPA ANDREIA NOBRE DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

Professor Orientador:
Professor Doutor Rui Soares Pereira

*Aos meus pais, e
ao meu irmão.*

ÍNDICE

RESUMO	7
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	11
O CONTRAPONTO ENTRE O REGIME PROCESSUAL PENAL E CONTRAORDENACIONAL	13
CONSTITUIÇÃO DA PESSOA COLETIVA COMO ARGUIDA	18
PRESENÇA DA PESSOA COLETIVA ARGUIDA – REPRESENTANTE LEGAL	20
EXTINÇÃO DA PESSOA COLETIVA	21
DIREITOS E DEVERES DO ARGUIDO	25
NOTIFICAÇÃO	26
DIREITO À INFORMAÇÃO	28
DIREITO À ASSISTÊNCIA POR ADVOGADO	28
DIREITO À ASSISTÊNCIA POR INTÉRPRETE	28
DIREITO À NÃO AUTO-INCULPAÇÃO (CPP)	29
DEVER DE RESPONDER COM A VERDADE	30
A CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO NO PROCESSO CONTRAORDENACIONAL: ART. 50º RGCO	30
O PRINCÍPIO DA NÃO AUTO-INCULPAÇÃO.....	35
APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE COAÇÃO E DE GARANTIA	40
AS PENAS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS COLETIVAS.....	41
AS MEDIDAS DE COAÇÃO NO CPP.....	46
O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	48
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE LATO SENSU	50
PRINCÍPIO DA NECESSIDADE	50
PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO	51
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE STRICTO SENSU	51
CONDIÇÕES GERAIS.....	52
TERMO DE IDENTIDADE	56
OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO PERIÓDICA.....	60
SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ATIVIDADES OU DIREITOS	60
PROIBIÇÃO E OBRIGAÇÃO DE CONDUTAS	61
O ART. 42º DO RGCO – OS MEIOS DE COAÇÃO	62
A FASE DE RECURSO	64
CONCLUSÃO	67
BIBLIOGRAFIA	70

SIGLAS E ABREVIATURAS

Ac. – Acórdão

Al. – Alínea

Art. – Artigo

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

CMVM – Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários

Coord. – Coordenador (es)/Coordenação

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CIRE – Código de Insolvência e Recuperação de Empresas

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

CVM – Código dos Valores Mobiliários

DL – Decreto-Lei

DR – Diário da República

Ed. – Edição/Editora

MP – Ministério Público

Org. – Organização/Organizador

Reed. – Reedição

Rel.: – Relator

RGCO – Regime Geral das Contra Ordenações

RGIT – Regime Geral das Infrações Tributárias

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TC – Tribunal Constitucional

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

UE – União Europeia

Vol. – Volume

RESUMO

A responsabilização penal e contra-ordenacional das pessoas coletivas, apesar de consagrada, não foi totalmente concretizada, nos respetivos diplomas legais. O que desde logo suscita diversos quesitos prático processuais que evidenciam essas lacunas e dificultam a aplicação efetiva da lei. Sendo o objetivo primordial da investigação expor os obstáculos processuais que a responsabilização do ente coletivo suscita, tanto na vertente penal, como contra-ordenacional, este último um ramo relativamente mais recente, mas nem por isso mais atualizado, foi crucial recorrer à análise jurisprudencial.

A patente complexidade em efetivar a responsabilização coletiva destacada neste estudo, em ambos os ramos, deve-se sobretudo à nítida omissão legislativa em diplomas centrais, como a Constituição da República Portuguesa, Código de Processo Penal e Código Penal, relativamente a esta matéria, e às temáticas envolventes, assim como à dessemelhança entre as várias disposições processuais dispersas pelos inúmeros regimes vigentes. Este cenário, forçou-nos a procurar respostas para questões que, embora sejam evidentes ou quase imediatas quando se trata da responsabilização individual, essa facilidade e agilidade já não se reflete aquando da sua aplicação à pessoa coletiva.

A problemática iniciou-se com a própria estrutura, com a natureza diferenciadora que separa o processo penal e o processo contra-ordenacional, mas rapidamente evoluiu para outras questões com uma vertente mais prática. Percorremos um longo caminho, desde a constituição do ente coletivo como arguido, que abarca não só os direitos e deveres, mas também os pressupostos processuais subjacentes a essa condição, passando pela notificação e resposta da pessoa coletiva enquanto verdadeiro sujeito processual, até ao processo de investigação, respetivos meios de obtenção de prova, e finalmente a aplicação das medidas de coação e garantia patrimonial. Para explicitar da melhor forma possível, todas as interrogações e consequentes propostas de resolução, levantadas ao longo da dissertação, foram utilizados acórdãos que tentam criar raízes às soluções que impõem.

O direito processual penal serve como guia à definição do direito processual contra-ordenacional, porém a ausência de indicação quanto ao modo de aplicação e

interpretação destes quando redirecionados para o ente coletivo, abriu as portas à hesitação e insegurança da aplicação destes regimes processuais à pessoa coletiva, restando, como solução para a integração das inúmeras lacunas, o recurso à analogia, prevista no art. 4º do CPP, às normas do processo civil, aos princípios basilares que norteiam o processo penal, e ainda à legislação especial.

Palavras-chave: responsabilidade penal; responsabilidade contra-ordenacional; pessoa coletiva como arguida; medidas de coação;

ABSTRACT

The criminal and administrative liability of legal persons, although embodied in the law, has not been fully implemented in the relevant pieces of legislation. This gives rise to several practical procedural issues that highlight these gaps and impede the effective application of the law. As the primary objective of the research is to expose the procedural obstacles that the liability of the collective entity raises, in both the criminal and the administrative offence aspects, this latter being a relatively new branch, but nonetheless no more updated, it was crucial to make use of jurisprudential analysis.

The obvious complexity of making collective liability effective, highlighted in this study in both branches is mainly due to the clear omission in core legislation, such as the Constitution of the Portuguese Republic, Code of Criminal Procedure and Criminal Code, in this matter, and to surrounding issues, as well as to the divergence between the various procedural provisions scattered around the numerous regimes in force. This scenario has forced us to seek answers to questions which, while obvious or almost instant when it comes to individual accountability, are not found so readily and quickly when it comes to the legal person.

The problem started with the structure itself, with the differentiating nature that separates criminal proceedings and administrative offence proceedings, but quickly spread to other issues with a more practical side. We have come a long way since the constitution of the collective entity as defendant, which covers not only the rights and duties, but also the procedural presuppositions underlying that status, through the notification and response of the legal person as a true party in law, up to the process of investigation, the means of obtaining evidence and, finally, the application of enforcement and bail. To explain, in the best possible way, all the questions and the consequent proposals for resolution that are raised throughout the dissertation, judgements were used that tried to create roots for the solutions imposed.

Criminal procedural law serves as a guide to establishing administrative offence procedural law, but the lack of indication as to how it should be applied and interpreted when redirected to the collective entity paved the way for hesitation and lack of safety in applying these procedural regimes to the legal person. The remaining solution to remedy the numerous shortcomings is the use of analogy, as provided for in Article 4 of

the CPP, the rules of civil procedure, the basic principles that guide criminal proceedings, as well as special legislation.

Keywords: criminal liability; administrative liability; constitution of the legal person as a defendant; coercive measures;

INTRODUÇÃO

A necessidade de compreender e esquematizar de forma prudente e concisa a responsabilização penal e contra-ordenacional das pessoas coletivas, levou-nos a questionar o esquema processual, ao qual estas últimas estão sujeitas, quando colocadas nessa posição.

O tema desta dissertação “*Questões Processuais atinentes à Responsabilização Criminal e Contra-Ordenacional das Pessoas Coletivas*”, obriga-nos a moldar o esquema processual com que estamos familiarizados, à natureza do ente coletivo, calibrando a nossa atenção para as problemáticas prático-processuais que se levantam quando no epicentro da questão temos não uma pessoa física, mas antes uma pessoa coletiva.

O interesse por esta matéria surge no âmbito da frequência e estudo do primeiro ano do presente Mestrado, (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses). As investigações levadas a cabo durante esse período, fizeram-me entender a atualidade desta temática que não obstante os excelentes ensinamentos documentados a respeito, ainda não está devidamente consolidada. Partindo desta premissa, é com convicção que se reitera, que o ente coletivo, até à data não mereceu a melhor atenção legislativa. Destaca-se a incongruência legislativa, visto que a lei ao afirmar que as pessoas coletivas podem ser responsabilizadas, em sede penal e em especial, em sede de Direito de Mera Ordenação Social, está a marcar uma posição e a dirigir o foco para a imensidão de questões que cercam esta matéria, todavia, o legislador continua a permitir a prevalência do silêncio e inércia nos mais importantes diplomas.

A regra da responsabilidade penal exclusiva das pessoas físicas, resvalou para segundo plano, com a “*expansão da intervenção estatal na economia e da própria evolução da comunidade política para um Estado de direito democrático e social, o que determinou o aparecimento de novos bens jurídicos (...),*” e “*assim nasceu o direito penal económico, a par do direito penal clássico, que colocou a breve trecho a questão central da insuficiência da responsabilidade das pessoas físicas, e consequentemente da*

indispensabilidade da responsabilização penal das pessoas coletivas, para uma proteção adequada e efetiva dos novos bens jurídicos¹.”

Foi na legislação extravagante que se fez notar, os primeiros afloramentos da consagração da responsabilidade da pessoa coletiva, que depois se propagou para outros regimes jurídico-penais especiais, mais precisamente em 1984, com o DL n.º 28/84, de 20 de janeiro, ao prever a responsabilidade criminal das pessoas coletivas e equiparadas, como uma responsabilidade autónoma e cumulativa da responsabilidade individual dos seus agentes.

Mas foi com a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, que procedeu à reforma do CP, que se procedeu à apresentação “oficial” das pessoas coletivas, uma vez que esta não era uma realidade completamente estranha ao nosso ordenamento jurídico, devido à proliferação descontrolada de leis avulsas, principalmente no que diz respeito ao direito processual contra-ordenacional, já que o seu regime geral encerra normas que são, uma contradição perfeita, de outras concretizadas em lei sectorial especial, que tratam a mesma questão, na sua génese mas que têm uma redação completamente distinta.

O nosso regime processual português, não acompanhou esta inovação, pelo que as alterações alcançadas no direito penal substantivo, no que concerne à responsabilidade das pessoas coletivas, afigura-se totalmente desajustado. Concretizando, muitos aspectos ditos essenciais à boa mecânica processual, assim como a constituição do arguido, ou a aplicação de medidas de coação, não encontram expressão e uma concreta regularização quando são redirecionadas para as pessoas coletivas.

Depois de ultrapassadas as linhas iniciais referentes aos traços distintivos entre o direito processual penal e contraordenacional, com o apoio do ac. do TRP de 06/06/2012, assentamos algumas premissas e partimos para a primeira questão processual de relevo: a pessoa coletiva arguida, e todas as problemáticas que a acompanha, como: Que direitos e deveres assistem à pessoa coletiva enquanto arguida? Como se poderá fazer representar em juízo? As medidas de coação têm aplicação neste

¹ Ac. do STJ n.º 11/2014, Processo n.º 331/04.0TAFIG-B.C1-A.S1 – 3ª Secção, Rel.: Eduardo Maria Costa

âmbito? O direito à não auto-inculpação é aplicável às pessoas coletivas? Se sim de que modo e em que medida?

Bem, estas são as questões às quais procurarei dar resposta, através de conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais, embora desde já se adiante, que não existem respostas certas, ou pré-determinadas, aliás o objectivo é precisamente refletir sobre essa ausência.

O CONTRAPONTO ENTRE O REGIME PROCESSUAL PENAL E CONTRAORDENACIONAL

É inevitável a cumplicidade entre o direito penal e o direito contra-ordenacional, porém, este último possui diversas características que acentuam a sua identidade e asseguram a sua individualidade. Não desconsiderando os traços que os aproximam, a determinação desta destriça era inegável, devido à natureza do próprio procedimento contra-ordenacional. Explica COSTA ANDRADE *“a importância da lei das contra-ordenações (...) ela vale por si, como fruto de um secular labor doutrinal. E vale também como sintoma de um conjunto de exigências de raiz político-criminal que as transformações das sociedades contemporâneas tornaram, tudo leva a crê-lo, irreversíveis. Pelo que é, e pelo que denuncia, a lei das contra-ordenações, constitui assim um desafio²”*.

Este é um ramo que apela à celeridade e inteligibilidade do processo, o que desde logo o distancia da forma comum do processo penal, que na maioria das vezes se destaca precisamente pelo oposto. A estrutura processual do direito contra-ordenacional, divide-se em duas fases, a administrativa e a judicial, embora esta não seja uma delimitação pacífica, o processo inicia-se com a fase administrativa, só transitando para a fase judicial nos casos em que ocorra impugnação da decisão administrativa condenatória, daí resulta a afirmação de que este é um direito eminentemente administrativo.

² MANUEL DA COSTA ANDRADE, *“Contributo para o conceito de contra-ordenação (a experiência alemã)”*, in AA.VV., *Direito Penal Económico e Europeu – Textos Doutrinários*, vol. I, Coimbra Editora, 1998, pp. 75 e 76.

Outra das diferenças que pode ser apontada devido à sua relevância prática, é a ausência exacerbada do princípio da divisão de poderes, que por vezes parece até desaparecer, principalmente nas fases de instrução e julgamento, em que a mesma entidade reúne em si a concentração de ambos os poderes.

O princípio da oportunidade tem também o seu lugar, ainda que a sua preponderância não seja aclamada por toda a doutrina. A este respeito, AUGUSTO SILVA DIAS, diz que “*o RGCO prevê aqui e ali alguns afloramentos do princípio da oportunidade, mas fica-se muito aquém de um acolhimento razoável do princípio num diploma central*”³. Não nega contudo, a evidente concretização de soluções que apelam a este princípio, principalmente nos regime sectoriais especiais, concluindo inclusive, que é precisamente devido a essa proliferação que se incorre na tentação de acolher este último em detrimento do princípio da legalidade.

Todavia, não se pode deixar de atender à lei, nomeadamente ao art. 43º do RGCO, que é a este respeito bastante claro, ao determinar que *o processo das contra-ordenações obedecerá ao princípio da legalidade*.

Com efeito, e não querendo de momento tomar posição, apenas se dirá que a enunciação da presença do princípio da legalidade em sede própria não bastará para que o mesmo prevaleça, pelo que será de esperar uma revisão legislativa quanto a este ponto.

Os princípios subjacentes aos direito processual contraordenacional, encontram a sua maior expressão no artigo 32º da CRP. Apesar de todos os números deste preceito, se correlacionarem com o objeto do estudo em análise, cabe realçar aquele que se dirige expressamente ao processo contra-ordenacional, mais concretamente, o n.º 10 do artigo 32º da CRP. Dita este último o seguinte: “*nos processos de contraordenação, bem como em quaisquer processos sancionatórios, são assegurados ao arguido os direitos de audiência e defesa.*” A afirmação do preceito enunciado, ou melhor a imposição constitucional que ali se vislumbra, é uma decorrência natural e directa do princípio do Estado de Direito. Decorrente da Lei Fundamental, é também o artigo 8º, n.º 2 que manda olhar o direito internacional, virando a atenção para a Convenção Europeia dos

³ DIAS, Augusto Silva; “Direito das Contra-Ordenações”; Almedina, 2018, pág. 193

Direitos do Homem, mais concretamente o seu artigo sexto. Esta disposição da CEDH, que se refere aos direitos do arguido deve ser transposta para o direito processual contra-ordenacional, porém atendendo à fase em que o mesmo se encontrar. Chama PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE a atenção, para a coordenação entre os preceitos até aqui invocados, ao declarar que *“os direitos previstos no artigo 32º, n.º 10, da CRP devem ser interpretados à luz do art. 6º da CEDH, como resulta do disposto no art. 8º, n.º 2 da CRP (...) contudo, os referidos direitos não valem por igual em todo o processo contra-ordenacional”*⁴. E assim é, precisamente pelo facto de o processo contra-ordenacional comportar uma fase administrativa que praticamente o domina.

Retomando ao art. 32º da CRP, AUGUSTO SILVA DIAS, diz que o *“n.º 10 constitui a via através da qual alguns direitos e garantias do processo penal (...) obtêm aplicação no processo contra-ordenacional”*⁵ se bem que o seu melhor desenvolvimento e concretização encontram-se nas disposições dos vários diplomas infraconstitucionais, embora nem sempre a sua percepção seja imediata. Esta imposição, vigora pela forçosa introdução das características do modelo acusatório, por forma a respeitar a condição e o estatuto de arguido, que só assim vê as suas garantias de defesa devidamente asseguradas. É o próprio TC que apoiando-se no art. 32º, n.º 10 da CRP, reconhece a aplicação de vários princípios do Direito Penal, a este ramo.

Com efeito, conclui-se que o artigo 32º, n.º 10 da CRP, abre caminho para a aplicação dos princípios concretizadores dos direitos de audiência e defesa do arguido decorrentes do direito processual penal, porém têm de se erguer algumas barreiras, por forma a não se descuidar a autonomia do direito contra-ordenacional, e como tal é imperioso mencionar a importância dos artigos 32º e 41º do RGCO. Sabe-se que o Direito Contra-Ordenacional e o Direito Penal andam de mãos dadas, no sentido de que o primeiro é indissociável do segundo, sendo que esta correspondência é feita inclusive através dos já mencionados, arts. 32º e 41º do RGCO, *“de onde decorre que tal aplicação não é automática mas depende da avaliação, em primeiro lugar, da necessidade dessa aplicação e, em segundo lugar, da eventual adaptação das normas processuais penais aplicáveis”*. Como alegou EDUARDO CORREIA, *“uma coisa*

⁴ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015

⁵ DIAS, Augusto Silva; “Direito das Contra-Ordenações”; Almedina, 2018, pág. 186

será o direito criminal, outra coisa o direito relativo à violação de uma certa ordenação social, a cujas infrações correspondem reações de natureza própria”⁶

A qualificação como “subsidiários”, adequa-se perfeitamente ao grau de interferência que o Direito Penal e o Direito Processual Penal devem ter quando são chamados a intervir pelo Direito Processual Contra-Ordenacional. São subsidiários, porque só serão invocados se assim o necessitarmos, e se os pressupostos da sua aplicação o permitirem. *“É sempre necessário ponderar se a omissão é ou não intencional e se, a existir, ela não equivale a uma vontade legislativa de não aplicar certos regimes do Direito Processual Penal ao Direito das Contra-Ordenações”⁷.*

É necessário averiguar se aquele “vazio” deixado pelo legislador foi ou não propositado, e só assim se poderá aferir da necessidade e adequação do direito subsidiário. Verificada a vontade do legislador, e pendendo a solução para a aplicação do direito subsidiário, é imprescindível então que se o faça mediante um processo de adaptação aos pilares e ideais processuais próprios do Direito das Contraordenações.

Não podemos esquecer que a componente processual, é um marco diferencial entre estes dois campos, pelo que preservar a independência e autonomia do Direito das Contraordenações deve ser uma prioridade, já que este comporta soluções próprias que não devem ser ignoradas, e os valores por si proletados merecem o máximo acolhimento, pois não esqueçamos que os arts. 32º e 41º do RGCO não são mais do que exceções, e não a regra.

Percebido que está, a evidente autonomia do direito contraordenacional, face ao direito penal, avançamos para o Ac. do TRP, de 6/06/2012, proc. n.º 4679/11.0TBMAI.P1 que evidencia precisamente a destrição entre a responsabilização penal e contraordenacional das pessoas coletivas nos respetivos diplomas.

⁶ EDUARDO CORREIA, ob. cit., p. 9, MIGUEL PEDROSA MACHADO, “Contravenção e contra-ordenação – notas sobre a génese, a função e a crítica de dois conceitos jurídicos”, Estudos em Homenagem ao Banco de Portugal – 150.º Aniversário, 1998, pp. 36-37.

⁷ FREDERICO COSTA PINTO, in Supervisão, Direito ao Silêncio e Legalidade da Prova, Almedina, 2009, p. 89.

O conteúdo do ac. do TRP de 6.06.2012, é o nosso ponto de partida, pois clama a atenção para algumas premissas, que dão o mote para o descortinar de outras questões processuais, que muito nos interessam.

“A centralidade que o Código Penal tem na legislação penal leva-nos a afirmar a necessidade de fazer uma interpretação atualista do n.º 2 do art.º 7º do RGCO, de forma a harmonizar o seu alcance com a norma agora estabelecida pelo art.º 11º do C. Penal⁸.” Esta é uma das afirmações contidas no sumário do texto invocado, que nos obriga desde logo a traçar algumas conclusões, sendo a primeira delas: a responsabilização penal e contra-ordenacional encontra-se regulamentada, nos diplomas que mais nos importam: o CP e o CPP. O primeiro quesito, surge precisamente no modo em como cada um dos ramos firma essa imputação. E embora, ambos assegurem a sua própria identidade e autonomia, é evidente que não sobrevivem, sem ir *beber* a outros diplomas, ou seja, sozinhos não são autossuficientes.

Pelo que cabe desde já, estabelecer a diferenciação entre o regime processual penal e o regime processual contra-ordenacional, no que às pessoas coletivas diz respeito, o que nos empurra diretamente para os artigos 7º do RGCO, e o art. 11º do CP. AUGUSTO SILVA DIAS, destaca três diferenças entre os dois preceitos legais. Assim, ao interpretar o art. 7º do RGCO, diz estamos perante uma *“responsabilidade-regra, tributária de um princípio geral de equiparação com a responsabilidade das pessoas individuais, razão pela qual não está dependente de um catálogo legal de infrações. Retira-se do art. 7º, n.º 1 do RGCO que a responsabilidade das pessoas coletivas tem amplitude idêntica à responsabilidade das pessoas singulares. Diferentemente do que sucede no Direito Penal, a responsabilidade das pessoas coletivas constitui um traço matricial do Direito das Contra-Ordenações⁹”*. Como diz TERESSA QUINTELA DE BRITO, assume-se uma posição de igualdade entre as pessoas singulares e coletivas.

Por outro lado o art. 11º do CP, realça a excecionalidade da responsabilização da pessoa coletiva, onde predomina o princípio da responsabilidade concorrente, já no domínio das contra-ordenações apenas as pessoas coletivas respondem pelas infrações cometidas pelos seus órgãos. Por fim, enquanto que no CP vigora um modelo de responsabilidade

⁸ Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 06-06-2012, Proc. n.º 4679/11.0TBMAI.P1,

⁹ DIAS, Augusto Silva, “Direito das Contra-Ordenações”, Almedina, 2018, pág. 91-92

por intermediação, que passa pela imputação do facto típico a uma pessoa singular que ocupa uma posição de liderança na pessoa coletiva e actua em nome e no interesse desta, o art. 7º do RGCO, conservando o mesmo modelo, dá-lhe uma conotação orgânica¹⁰.

Ora, para AUGUSTO SILVA DIAS, este é realmente o modelo mais correto, por ser o que encontra melhor correspondência com o princípio da equiparação entre a responsabilidade coletiva e individual, porém não reconhece a existência de qualquer fundamento atualmente presente no nosso ordenamento, que leve à conclusão da prevalência do mesmo.

CONSTITUIÇÃO DA PESSOA COLETIVA COMO ARGUIDA

Com a certeza de que a pessoa coletiva poderá ser responsabilizada criminalmente, resta saber que consequências processuais daí decorrem. GERMANO MARQUES DA SILVA, destaca que *“a condição da imputação à pessoa coletiva é, pois, que as infrações sejam perpetradas pelos órgãos ou representantes da pessoa coletiva ou quem nela tiver autoridade para exercer o controlo da sua actividade (al. a) do n.º 2 e n.º 4) ou por terceiro subordinado à autoridade daqueles que cometa a infração em virtude da violação dos deveres de vigilância ou controlo que lhes incumbem (al. b) do n.º 2 e n.º 4), (...) ou seja, pode dizer que para que uma infração seja imputada a uma pessoa coletiva ou equiparada tem de ser, no plano material, cometida por um órgão, representante, pessoa que nela tiver autoridade para exercer o controlo da sua actividade e que seja praticada em nome e no interesse da pessoa coletiva ou por subordinado de qualquer delas desde que a infração possa ser-lhes atribuída em virtude de falta de vigilância ou controlo que deviam exercer sobre os seus subordinados¹¹”*.

¹⁰ DIAS, Augusto Silva, “Direito das Contra-Ordenações”, Almedina, 2018, pág. 93

¹¹ SILVA, Germano Marques da, “Questões processuais da responsabilidade penal das pessoas coletivas” in Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal, pág. 154

Sobre a questão: “*podem as pessoas coletivas estar processualmente sós no processo ou a sua legitimidade processual pressupõe a presença dos agentes singulares que cometam a infração*”¹²?” Esclarece GERMANO MARQUES DA SILVA, a este respeito que estamos perante situações jurídicas distintas, e que a responsabilidade da pessoa coletiva é e tem de ser obrigatoriamente uma responsabilidade diversa da responsabilidade dos agentes da infração. Para além de que, a condição do cometimento do crime por um órgão, é uma condição material da imputação e não um pressuposto da personalidade judiciária da pessoa coletiva. Quanto a este ponto, relativo à conexão processual, o mesmo autor diz que “*devem todos os responsáveis pela infração (pessoa coletiva e agentes da infração) ser processados juntamente, à semelhança do que sucede com a comparticipação (art. 24º, n.º 1, al. c) do CPP? (...) a lei não prevê a hipótese em qualquer das alíneas do art. 24º do Código de Processo Penal. Pelo que a estará na interpretação extensiva ou da al. c) ou al. d): a razão de processamento conjunto vale tanto para os crimes cometidos em comparticipação ou na mesma ocasião ou lugar como, porventura por maioria de razão, para os crimes em que ocorra responsabilidade cumulativa: é a economia processual relativa*”¹³(...)” Perante o exposto, penso que o mais adequado seria optar-se pela aplicação do art. 24º, n.º 1, al. b) do CPP, pois não pode haver uma real comparticipação entre a pessoa coletiva e as pessoas singulares através das quais actua.

Voltando à constituição da pessoa coletiva como arguida, atentemos no art. 58º, n.º 2 do CPP. Nestes termos, a constituição *opera-se através da comunicação, oral ou por escrito, feita ao visado por uma autoridade judiciária ou um órgão de polícia criminal, de que a partir desse momento aquele deve considerar-se arguido num processo penal e da indicação e, se necessário, explicação dos direitos e deveres processuais referidos no artigo 61.º que por essa razão passam a caber-lhe*. Mais à frente iremos analisar com detalhe, no que se traduzem estes direitos e deveres.

¹² SILVA, Germano Marques da, “Questões processuais da responsabilidade penal das pessoas coletivas” in Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal, pág. 154

¹³ SILVA, Germano Marques da, “Questões processuais da responsabilidade penal das pessoas coletivas” in Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal, pág. 156

PRESENÇA DA PESSOA COLETIVA ARGUIDA – REPRESENTANTE LEGAL

A presença da pessoa coletiva enquanto arguida tem de ser assegurada pelo seu representante legal. Segundo o art. 61º, n.º 1, als. a) e b) do CPP, tem o arguido direito-dever de estar presente nos actos processuais que lhe digam diretamente respeito. Esta afirmação levanta a questão: como podem e devem estar as pessoas coletivas presentes nesses referidos atos? GERMANO MARQUES DA SILVA, propõe que se siga o regime processual civil, por indicação do art. 4º do CPP, enquanto direito subsidiário mais concretamente o art. 25º, n.º1 do CPC. Assim, as pessoas coletivas serão *representadas por quem a lei, os estatutos ou o pacto social designarem* (art. 25º, n.º 1 do CPC e 163º do CC), os patrimónios autónomos serão *representados pelos seus administradores e as sociedades e associações que careçam de personalidade jurídica, bem como as sucursais, agências, filiais ou delegações, são representadas pelas pessoas que ajam como diretores, gerentes ou administradores* (art. 26º do CPC).

Recorrendo ao CSC, as sociedades civis serão representadas pelos seus administradores nos termos estabelecidos pelo contrato, ou na falta de menção expressa neste, pelos seus administradores nos termos do art. 985º do CC, ou por todos os sócios, art. 996º, n.º 1 do CC; nas sociedades por quotas, serão os gerentes (art. 252º CSC); nas sociedades anónimas contarão com o conselho de administração para o efeito (art. 405º CSC); as sociedades em nome coletivo, pelos gerentes (art. 192º do CC e 26º do CPC). Se estivermos perante uma sociedade de direito estrangeiro, então recorrer-se-á ao direito que a rege para determinar essa questão.

Estes representantes não são os representantes à data da prática do facto de que a pessoa coletiva vem acusada, nem os agentes do facto punível coletivo, mas antes os representantes atuais, os que estão em vigor à data da constituição da pessoa como arguida. E se forem vários os representantes legais? Volta GERMANO MARQUES DA SILVA, a esclarecer que neste caso, deve o ente coletivo escolher quem o represente. Se a sociedade não se encontrar devidamente representada num determinado ato processual, então estaremos diante de uma nulidade insanável, ao abrigo do art. 199º, al. c) do CPP, porque assim sendo essa ausência traduz-se numa verdadeira “ausência do arguido”. Pela leitura e interpretação dos ensinamentos de GERMANO MARQUES DA

SILVA, entende-se que não será de aplicar o art. 48º do CPC, que prevê a sanção da irregularidade de representação.

O art. 61º, n.º 1, al. b) do CPP, reporta-se à necessidade de o arguido *ser ouvido pelo tribunal ou pelo juiz de instrução sempre que eles devam tomar qualquer decisão que pessoalmente o afecte*. Este é um direito que será naturalmente exercido pelo representante legal da pessoa coletiva. As declarações prestadas terão de estar em sintonia com a vontade da pessoa coletiva. Como tal, estas declarações precisam de um documento que as sustente e valide, ou seja, precisam de uma deliberação expressa do órgão competente, a mandar o representante para esse mesmo efeito. Se essa deliberação não aparecer, então estamos perante um caso de falta de autorização, que poderia achar solução no disposto no art. 29º, n.º 1 do CPC. Este último prevê que *se a parte estiver devidamente representada, mas faltar alguma autorização ou deliberação exigida por lei, é designado o prazo dentro do qual o representante deve obter a respectiva autorização ou deliberação, suspendendo-se entretanto os termos da causa*. Não nos parece incorreta esta solução.

GERMANO MARQUES DA SILVA, levanta ainda uma outra questão relativa à representação judiciária que importa referir nesta sede. E se os entes coletivos não tiverem ninguém que os represente? O que se verifica por exemplo em situações de insolvência, também uma realidade bastante presente na nossa atualidade. Esta temática remete-nos para o art. 127º, n.º 2 do CPP, que irá assim ser desenvolvido no ponto seguinte, a propósito das causas de extinção de responsabilidade criminal das pessoas coletivas.

EXTINÇÃO DA PESSOA COLETIVA

A temática da questão em epígrafe não suscita quaisquer hesitações quando nos referimos à morte das pessoas físicas, que é uma causa extintiva da responsabilidade criminal, o que é expressamente consignado nos arts. 127º e 128º do CP. Mas o mesmo não se passa quanto às pessoas coletivas, tendo a respeito o n.º 2 do já citado artigo 127º CP, estabelecido a seguinte solução normativa: *“no caso de extinção de pessoa colectiva ou entidade equiparada, o respectivo património responde pelas multas e indemnizações em que aquela for condenada.”*

É necessário identificar e separar duas hipóteses distintas: temos por um lado as situações cuja insolvência foi declarada, e por outro o casos de dissolução voluntária. A jurisprudência não é propriamente unânime, pois se quanto ao primeiro caso, defende-se maioritariamente que a insolvência constitui uma causa de extinção da responsabilidade criminal, o que podemos extrair por exemplo pela leitura do ac. do TRC de 04/02/2015, Proc. n.º 6/05.3EDCBR-B.C1; Relator: Alice Santos, já relativamente ao segundo cenário, o ac. de TRE de 02/05/2006, Proc. n.º 394/06-1, Relator: Pires da Graça, diz-nos que nos termos do artigo 160º, n.º 2 do CSC, não ocorre extinção da responsabilidade criminal com o registo do encerramento da liquidação.

Ora, posso desde já avançar que concordo plenamente com GERMANO MARQUES DA SILVA, quando ao referir-se ao ente coletivo, assume que a sua morte ou a dissolução não implica necessariamente o fim do processo criminal, nem com ela *“acaba a necessidade da pena porque a extinção voluntária da pessoa coletiva podia ser causada para evitar as sanções nomeadamente as pecuniárias, em proveito de terceiros¹⁴”*. Quer com isto acautelar-se aquelas situações ardilosas, em que a dissolução de uma sociedade, é no fundo somente um meio para escapar às suas responsabilidades. É portanto irrelevante a distinção entre a extinção da pessoa coletiva por dissolução voluntária ou declaração de insolvência, para efeitos de extinção de responsabilidade penal.

A afirmação de que a “morte” da pessoa coletiva não é sinónimo de extinção do processo criminal que lhe diga respeito, parece-me ser pacífica, porém o n.º 2 do artigo 127º CP, encerra outros quesitos.

Assim surgem as seguintes questões: mesmo depois de dissolvido o ente coletivo permanece vivo no processo?; Quem representa a pessoa coletiva já dissolvida?; E se a mesma se encontrar numa situação de processo de insolvência? E se o património desta já tiver sido liquidado, o que acontece?

¹⁴ SILVA, Germano Marques, “Questões processuais na responsabilidade cumulativa das empresas e seus gestores”; Que futuro para o Direito Processual Penal/Simpósio em homenagem a Jorge Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal, Coimbra Editora, 2009, pág. 800

Quanto à primeira questão, a resposta tem de ser afirmativa, ou seja, mesmo depois de dissolvida, a pessoa coletiva permanece no processo como arguida, e participa do mesmo mantendo essa qualidade. Agora, no que respeita à sua representação, abrimos a porta a duas soluções distintas.

Embora, se compreenda que a pessoa coletiva depois de extinta, deixa de ter administradores, gerentes ou representantes legais, permanecendo como arguida no processo criminal contra si instaurado, a sua condição, o estatuto que esta denominação comporta obriga a que a mesma se faça representar por alguém na decorrência deste.

Assim, e mais uma vez, recorrendo aos ensinamentos de GERMANO MARQUES DA SILVA, é necessário neste caso aplicar o artigo 25º, n.º 2 do CPC, *ex vi* art. 4º do CPP, com as devidas adaptações, e por conseguinte deverá ser nomeado um curador especial. Esta é uma das soluções propostas e aquela à qual aderimos, porém outra solução enunciada pelo Autor, é chamar a intervir aqueles a quem pode ser exigido o pagamento das multas e indemnizações às quais o ente coletivo pode estar sujeito. Contudo, GERMANO MARQUES DA SILVA, chama a atenção para o facto de a adotar-se esta proposta, esses mesmos sujeitos estariam a responder mais em nome próprio do que em representação da pessoa coletiva, e portanto não seria o verdadeiro arguido do processo a sofrer as consequências do facto ilícito por ele praticado. Já se o ente coletivo se encontrar numa situação de liquidação em processo de insolvência, a resolução não nos parece que envolva o mesmo raciocínio. Não será o liquidatário, uma vez que as suas funções são delimitadas pela legislação competente, neste caso, o CIRE, que se restringem às questões patrimoniais. Logo, esta figura não nos ajuda para o efeito pretendido, todavia a jurisprudência dá-nos a resposta, mais concretamente os acórdãos do TRE, de 15/10/2013, Processo n.º 33/10.9IDEVR.E1; TRL de 13/09/2011, Processo n.º 142/10.4IDSTB-A.L.1-5, ao deixarem claro que independentemente da declaração de insolvência, os órgãos sociais se mantêm em funções, embora com poderes limitados, a não ser que lhes seja permitido renunciarem ao cargo. Deste modo, é da responsabilidade do representante legal assumir esta qualidade, até à sua efetiva extinção, que é como quem diz, até ao registo do encerramento da liquidação, o que vai de encontro ao estabelecido pelo artigo 82º do CIRE.

Outra situação, para a qual é fundamental direccionar a nossa atenção, e que já havia aqui sido introduzido, é saber se tendo o património da pessoa coletiva sido

rateado em razão da sua liquidação, como se pode obedecer ao estipulado pelo disposto na al. a) do n.º 8 do art. 11º e n.º 2 do art. 127º todos do CP? Aqui GERMANO MARQUES DA SILVA, não nos consegue dar uma resposta concreta, porém volto a concordar com a sua exposição, por considerar que o património da pessoa coletiva extinta só pode responder enquanto não se tiver procedido à sua liquidação, a ser de outro modo colocava-se em causa a própria *ratio* do artigo 127º, n.º 2 do CP.

Já em caso de fusão ou cisão, rege-nos o n.º 8 do artigo 11º do CP, dispondo que tal cenário não determina a extinção da responsabilidade da pessoa coletiva, podendo responder pela prática do crime: “a) *A pessoa colectiva ou entidade equiparada em que a fusão se tiver efectivado*; e b) *As pessoas colectivas ou entidades equiparadas que resultaram da cisão*”, estando neste caso cada uma das entidades respetivas presentes através do seu representante legal. Não podemos deixar de ter presente, que esta operação, não se traduz numa verdadeira extinção do ente coletivo, mas antes numa “sucessão”, ou seja, a pessoa coletiva alvo do processo criminal continua de alguma forma “viva”.

Parte do problema está resolvido, pelo menos aquela que respeita à representação do agora “novo” ente coletivo. Relativamente à fusão, a resposta é imediata, tendo a pessoa coletiva sido integrada numa outra, passa esta última a ocupar a posição de arguida. Quanto à cisão, o artigo 11º, n.º 8 do CP, é mais uma vez bastante claro: respondem pela prática do crime as entidades que resultarem da cisão, logo estamos a atribuir às entidades que resultaram dessa operação a responsabilização criminal de factos anteriores a essa mesma operação. Porém, a conjuntura não é propriamente favorável, às “sociedades renascidas” pois a condenação em multa não é a única possibilidade que a responsabilidade penal comporta, pelo que existem outras penas e bem mais gravosas, como a dissolução prevista no artigo 90º A, n.º 1 do CP, e as penas acessórias estabelecidas pelo n.º 2 do mesmo preceito, que lhes podem muito bem ser aplicadas. E serão estas aplicadas indistintamente a ambas as entidades que resultaram da cisão? Volto a concordar com GERMANO MARQUES DA SILVA, pelo simples facto de que esta transformação, não é mais do que a continuação da pessoa coletiva anterior, e quem sabe se essa operação não serviu apenas o propósito de tentar evitar a sua responsabilização, pelo que estabelecer qualquer tipo de diferenciação entre

os sujeitos envolvidos pode implicar que se descure a aplicabilidade de uma sanção à entidade devida.

DIREITOS E DEVERES DO ARGUIDO

Estabelece o art. 12º, n.º 2 da CRP, que “*as pessoas coletivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza*”. Partindo da premissa que as pessoas coletivas podem ser responsabilizadas criminalmente, o que inclusive se encontra consagrado em diversas disposições do CP, e que por consequência a mesma pode ser constituída como arguida, não obstante a sua natureza jurídica, é inevitável que lhe sejam reconhecidos direitos e deveres que são inerentes a esse estatuto. Insistindo mais uma vez na ideia de que o CPP é absolutamente omissivo no que às pessoas coletivas diz respeito, é preciso entender que direitos e deveres são atribuídos a estas aquando da sua constituição como arguida.

O art. 61º do CPP enumera os direitos do arguido: a) *Estar presente aos actos processuais que directamente lhe disserem respeito; b) Ser ouvido pelo tribunal ou pelo juiz de instrução sempre que eles devam tomar qualquer decisão que pessoalmente o afecte; c) Ser informado dos factos que lhe são imputados antes de prestar declarações perante qualquer entidade; d) Não responder a perguntas feitas, por qualquer entidade, sobre os factos que lhe forem imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar; e) Constituir advogado ou solicitar a nomeação de um defensor; f) Ser assistido por defensor em todos os actos processuais em que participar e, quando detido, comunicar, mesmo em privado, com ele; g) Intervir no inquérito e na instrução, oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias; h) Ser informado, pela autoridade judiciária ou pelo órgão de polícia criminal perante os quais seja obrigado a comparecer, dos direitos que lhe assistem; i) Recorrer, nos termos da lei, das decisões que lhe forem desfavoráveis.* E como deveres: a) *Comparecer perante o juiz, o Ministério Público ou os órgãos de polícia criminal sempre que a lei o exigir e para tal tiver sido devidamente convocado; b) Responder com verdade às perguntas feitas por entidade competente sobre a sua identidade; c) Prestar termo de identidade e residência logo que assuma a qualidade de arguido; d)*

Sujeitar-se a diligências de prova e a medidas de coacção e garantia patrimonial especificadas na lei e ordenadas e efectuadas por entidade competente.

NOTIFICAÇÃO

Diz o art. 111º e ss do CPP, que as notificações efetuam-se por diversos meios, porém é a citação pessoal que atrai a nossa atenção, por ser imposta por lei em diversas ocasiões, nomeadamente: convocação de interrogatório no decurso de inquérito (art. 272º); o despacho de acusação (art. 283º, n.º 6); despacho para abertura de instrução (art. 287º, n.º 5); despacho a designar data para debate instrutório (art. 297º, n.º 3), da decisão instrutória (art. 307º, n.º 5); despacho a designar data para a audiência (art. 313º, n.º 2 e 3).

Mais uma vez, o CPP é omissivo, e por isso não possui qualquer referência alusiva às notificações das pessoas coletivas. Pelo que, surge a seguinte questão: aplicamos por analogia as normas do CPC, mais concretamente o seu art. 246º? Este último que determina que as pessoas coletivas possam ser citadas na sua sede, e que o Aviso de Recepção possa ser assinado por qualquer funcionário?

Ora, aqui a opinião de GERMANO MARQUES DA SILVA, é pertinente, pois considera não ser de aplicar o constante no disposto do art. 246º do CPC, porque efetivamente a lei processual penal ordena a notificação pessoal nos casos já acima descritos, e por conseguinte deve então esta notificação ser feita na pessoa do representante legal à data desta.

Penso que, se a pessoa coletiva já tiver sido constituída arguida, a resolução é simples, e a notificação deve ser naturalmente feita na pessoa que a represente nessa qualidade. Todavia, se o ente coletivo não se encontrar nessa qualidade, então não vejo por que razão não poderá a notificação ser feita na sua sede e o Aviso de Recepção assinado por um dos seus funcionários. Caso assim não seja, iremos estar a criar um obstáculo à efetivação e ao curso do procedimento iniciado pela notificação. Não se está aqui de modo algum a banalizar esta etapa, pelo contrário, o intuito é precisamente o contrário, é garantir que a pessoa coletiva não vê o seu processo ser arrastado por tempo indeterminado devido ao facto de não se conseguir realizar a notificação na pessoa do representante legal, que poderá inclusive contribuir para esse impasse. Mesmo que

assim o seja, e caso não se consiga de forma alguma encontrar o representante legal, nomear-se-á um representante especial por ordem do artigo 25º, n.º 2 do CPC, uma vez que *“o referido instituto é matricialmente concebido e regulado tendo em atenção a natureza individual dos seus destinatários (...) será dificilmente defensável que o instituto se possa aplicar a pessoas ou entes colectivos”*. Com efeito, a inexistência de previsão dessa possibilidade em sede de direito positivo, sugere que tal hipótese nunca terá estado na mente do legislador. Por outro lado, toda a regulamentação do instituto é direccionada para indivíduos (pessoas humanas), sendo mais uma manifestação do carácter antropocêntrico do nosso direito processual penal. A previsão em diversas normas da possibilidade de «detenção» ou «apresentação voluntária» do arguido como meio de operar a caducidade da declaração de contumácia, «a comunicação a parente ou a pessoa da confiança do arguido» (artº 337º, nº 5) expressam eloquentemente que tal regime se encontra apenas pensado para indivíduos. Ou, dito de outra forma, ainda que se admitisse a possibilidade de declaração de contumácia de entes colectivos, pode legitimamente inferir-se que seria inviável a verificação dos pressupostos da sua caducidade. Também no que respeita à natureza dos efeitos da contumácia, os seus contornos são claramente pensados para pessoas singulares, ao pensar o legislador, como formas de desmotivar tal situação, a «passagem imediata de mandado de detenção», «a anulabilidade de negócios jurídicos» e a proibição de obter determinados documentos junto de repartições públicas (artº 337º, do CPP.). Acresce ainda que o artº 19º, nº 2, do Dec.-Lei nº 381/98, de 27 de Novembro (Registo Criminal e de Contumazes), ao prever o conteúdo dos ficheiros de contumazes, aponta para a inclusão de elementos de identificação civil apenas aplicáveis aos indivíduos.

Na verdade, compreender-se-ia mal, pela própria natureza das coisas, que uma sociedade, associação, fundação, outra pessoa colectiva equiparada com ou sem personalidade jurídica, pudesse ser sujeita a um mecanismo formatado para pessoas físicas, uma vez que o seu substrato ficcional permitiria sempre uma qualquer forma de representação e defesa processual”¹⁵

¹⁵ Ac. do TRP de 16.11.2011; Proc. n.º 332/06.4TAMCD-A.P1, Relator: Álvaro Melo

DIREITO À INFORMAÇÃO

Qualquer pessoa que seja constituída arguida tem o direito a ser devidamente informada acerca dos factos que lhe estão a ser imputados assim como a acusação contra si instaurada, o que acontece numa fase muito inicial do processo. Esta informação, este direito opera no momento da constituição da pessoa coletiva como arguida. Aqui não se levantam quaisquer dúvidas, cabe somente referir que quando se trata de pessoas coletivas, a sua constituição como arguida é realizada na pessoa do legal representante.

DIREITO À ASSISTÊNCIA POR ADVOGADO

A pessoa coletiva tem obviamente o direito a ser assistida por advogado. Penso que este direito não está sequer aberto a discussão, o revês dá-se com a possibilidade de existência de conflito de interesses entre a pessoa coletiva e o seu representante legal. Existe a possibilidade de os factos que consubstanciam a defesa do representante legal, contribuírem para a incriminação da pessoa coletiva, ou de esta última querer basear a sua defesa, acusando o próprio representante legal, afirmando que este cometeu tais factos por sua conta e no seu interesse. Para assegurar a melhor defesa possível dos dois intervenientes aqui em causa, a melhor solução é dissociar o representante legal do seu ente coletivo, nomeando este último outro que ocupe esse posto, e designar também um outro advogado.

DIREITO À ASSISTÊNCIA POR INTÉRPRETE

Também aqui, não me parece que se suscitem dúvidas, pelo que se a pessoa coletiva nomear um representante legal que não domine a língua portuguesa, poderá solicitar a assistência de um tradutor ou intérprete para a prestação de declarações em juízo. Já quanto às notificações não me parece que haja necessidade ou obrigação em proceder à tradução destas, uma vez que são dirigidas à pessoa coletiva, e esta é portuguesa. De modo que, não cabe ao órgão competente questionar o nível de conhecimento da língua portuguesa do representante legal antes de proceder à elaboração do conteúdo da notificação.

DIREITO À NÃO AUTO-INCULPAÇÃO (CPP)

Quanto ao alcance deste princípio irei desenvolvê-lo a propósito da constituição da pessoa coletiva arguida no processo contra-ordenacional, porém, cabe aqui também tecer alguns comentários. Também as pessoas coletivas beneficiam do direito ao silêncio, no que respeita aos factos que lhe são imputados, podendo assim os seus representantes, assim como os seus órgãos recusar-se a prestar declarações o que decorre diretamente do direito à não auto-inculpação.

A lei processual civil, ajuda ao estabelecer no seu art. 496º que *“Estão impedidos de depor como testemunhas os que na causa possam depor como partes.”*, mas no âmbito do CPP, a norma referente aos impedimentos, não é esclarecedora num caso como este, e por isso mesmo é difícil invocar aqui a existência de uma falta de regularização intencional por parte do legislador, até porque, o preceito invocado exhibe diversas alíneas todas elas reportando-se a situações diferentes.

Porém, não se pode considerar a falta de regularização neste espaço, pois por vezes a entidade coletiva tende a querer beneficiar dos direitos concernentes aos administradores, ou seja, cai na tentação de nomear como representante legal ou administrador alguém que quer “silenciar”. Assim, ficam estes impedidos de prestar depoimento como testemunhas, e a pessoa coletiva, fica com os seus interesses salvaguardados. Daí, que uma parte da doutrina sugira que os representantes legais sejam nomeados/constituídos no momento da prestação do TIR.

GERMANO MARQUES DA SILVA, acrescenta que quando se trata de antigos administradores, estes não podem usar do direito ao silêncio, e portanto terão de depor. Atenção, que se desse depoimento, resultar a sua auto-incriminação, estes não serão obrigados a responder. O que se pretende aqui deixar claro, é que estes “velhos” administradores não poderão usar qualquer mecanismo processual para se escaparem a este dever.

DEVER DE RESPONDER COM A VERDADE

Relativamente a este tópico, há alguma divergência doutrinária. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, considera que o arguido não tem de responder com verdade às perguntas que lhe forem feitas relativas à identidade da pessoa coletiva, porém, TERESA QUINTELA DE BRITO, vai em sentido contrário ao considerar aplicável também à pessoa coletiva o dever de responder com verdade sobre a identidade e os antecedentes criminais da pessoa coletiva, não sendo porém o seu incumprimento sancionado. Em minha opinião, este dever não implica um esforço desmedido para o representante legal, pelo que não vejo qualquer impedimento à sua aplicação.

A CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO NO PROCESSO CONTRAORDENACIONAL: ART. 50º RGCO

Como já tinha referido anteriormente, o processo contra-ordenacional, divide-se em duas fases: primeiro temos a fase administrativa e depois a fase judicial. Ao contrário, do processo penal, que é notoriamente um processo completamente jurisdicionalizado, este é um processo tendencialmente administrativo.

Porém, esta bipartição, não é unânime na doutrina. E quanto a este aspecto temos duas correntes que importa destacar. Por um lado, há autores que consideram e reiteram a seguinte divisão: uma primeira fase que seria a administrativa, da qual resultaria uma decisão provisória, que só se viria a tornar definitiva caso o arguido a aceitasse, e uma segunda fase que seria a de recurso.

Não, obstante AUGUSTO SILVA DIAS, discorda desta posição, invocando para tal os seguintes argumentos: “*a fase administrativa realiza integralmente as finalidades do processo contra-ordenacional, por isso se torna definitiva e exequível se não for impugnada (...), que culmina numa decisão que pode pôr cobro ao processo contra-ordenacional (...)*” e para mais, “*a posição do arguido de não impugnar a decisão administrativa condenatória não tem um significado diverso da do arguido que não recorre da decisão de primeira instância proferida em processo penal: antes da*

posição adoptada pelo arguido nenhum delas é mais provisório do que a outra e depois dela ambas se tornam definitivas e exequíveis ¹⁶”. Refere ainda que a teoria da bipartição, reúne em si uma jurisdicionalização do processo contra-ordenacional, que não é mais do que um retrocesso ao velho modelo do processo contravencional. Apesar de considerar que o processo contra-ordenacional é um processo que comporta apenas uma fase, com possibilidade de impugnação, que não é obrigatória, e depende do impulso do arguido, da sua não conformação com a decisão administrativa condenatória, concede que se assim se refira à tramitação processual, por uma questão de simplicidade de linguagem e explicitação, propondo ainda uma terceira fase, que diz respeito ao recurso da decisão judicial para o tribunal de 2ª instância (art. 73º e ss do RGCO).

No decorrer de um processo de contra-ordenação participam como sujeitos processuais, as autoridades administrativas, o arguido, o tribunal e o MP. Cada um desempenha o seu papel, porém destaca-se desde já o posicionamento das entidades administrativas, que ostentam a sua presença através da sua predominância em todos os momentos decisivos processuais. *Concebido o Direito das Contra-Ordenações como um instrumento de intervenção administrativa de natureza sancionatória no sentido de dar maior eficácia à ação administrativa, o núcleo fundamental dos poderes sancionatórios, quer ao nível da iniciativa processual, quer ao nível decisório (....) é atribuído à Administração, incumbindo-lhe por esse motivo, “o conhecimento das infrações e o respetivo sancionamento, sendo os tribunais chamados apenas a intervir pela via do recurso de impugnação, em caso de discordância dos condenados relativamente às decisões proferidas, em primeiro nível, pela Administração* ¹⁷”

Embora se considere, desadequada, esta exacerbada predominância administrativa, é o próprio artigo 33º do RGCO que diz: “*competem às autoridades administrativas o processamento das contra-ordenações e a aplicação das coimas*”. Esta concentração de poderes e funções na Administração coloca em causa a sensibilidade destas entidades, assim como a imparcialidade das mesmas, no desenrolar da ação.

¹⁶ DIAS, Augusto Silva; “Direito das Contra-Ordenações”; Almedina, 2018,

¹⁷ DIAS, Augusto Silva; “Direito das Contra-Ordenações”; Almedina, 2018,

No processo penal predomina o princípio da separação de poderes, enquanto que aqui, a sua consagração é mitigada, chegando mesmo a desaparecer em determinados momentos. Neste âmbito pode distinguir-se dois modelos: por um lado, o modelo da junção/concentração, e por outro, o modelo da separação. No primeiro, é à entidade Administrativa que cabe, investigar, instruir e julgar, o que acontece por exemplo nas contra-ordenações dos valores mobiliários. Esta dinâmica tem alguns benefícios, como a coerência, a rapidez e a eficácia. Para AUGUSTO SILVA DIAS, não estamos perante um modelo inconstitucional, até porque a CRP não manda que o direito contra-ordenacional adote uma estrutura acusatória, apenas veda a institucionalização de um modelo inquisitório puro. E não é isso que aqui temos, é certo. Temos com toda a certeza um modelo predominantemente inquisitório, porém mitigado pela consagração de alguns direitos e garantias de defesa, tal como manda o art. 32º, n.º 10 da CRP, com vista a impedir qualquer confusão, entre competências de supervisão e julgamento.

Já no modelo de separação, que encontra expressão nas contra-ordenações ambientais, acentua-se o carácter acusatório, principalmente devido à barreira que se instala entre a autoridade administrativa fiscalizadora e a autoridade administrativa sancionatória. AUGUSTO SILVA DIAS, chama a atenção, para este aspecto, pois não estamos a falar de uma divisão aparente, *“não se trata de distribuir as diversas competências por departamentos que desempenham diferentes funções dentro de uma mesma entidade administrativa, mas por entidades administrativas diferentes, com natureza, funções e composição diferentes”*. O Prof. enuncia algumas críticas tecidas contra este modelo que se cingem à diluição da responsabilidade processual, ou seja, esta difusão coloca em causa o comprometimento dos órgãos pelos quais o processo passa, todavia não as acolhe, uma vez que considera fazerem parte de uma visão demasiado administrativista, que a proceder “empurra” o direito contra-ordenacional para o passado, em que reinava a jurisdicionalização. Este cenário não é o pretendido, até porque a celeridade seria também posta em risco, e essa, a par com a independência da autoridade administrativa foram algumas das vantagens introduzidas aquando da atualização do presente regime.

Este modelo é sem dúvida o mais adequado às necessidades do processo contra-ordenacional, e é também aquele que melhor se coaduna com os direitos e garantias de defesa consagrados nos arts. 20º, n.º 4 e 32º, n.º 10 da Lei Fundamental. A falta de imparcialidade deixa assim de ter razão de ser, pelo que as Autoridades Administrativas,

devem deste modo, sentir com a imposição deste modelo, um maior grau de exigência, de exequibilidade das suas funções, para que não se perca o sentido de responsabilidade, e a “cadeia” de trabalho se mova da melhor forma possível. Com a aplicação deste modelo, cria-se uma maior dependência entre a entidade administrativa que se dedica à instrução e aquela outra que se ocupa da decisão, pois a “boa decisão” desta última, depende da “boa instrução” da outra. O que na minha modesta opinião, não é um factor negativo, pelo contrário, incrementa o sentimento de responsabilidade de cada entidade administrativa.

Ora, para que se dê início ao processo contra-ordenacional, pelo menos de uma forma oficial, é necessário que a pessoa coletiva seja constituída arguida. Quanto a esta matéria, rege o artigo 50º do RGCO.

A problemática inicia-se desde logo com a questão: a partir de que momento é possível a constituição da pessoa coletiva? A leitura do preceito já invocado, não é suficiente. É imperiosa a desconstrução desta disposição. Na doutrina preconizada por FIGUEIREDO DIAS, e FREDERICO DA COSTA PINTO, a constituição de arguido só tem lugar, após a nota de ilicitude, o que equivale à acusação no processo penal. Entendem que esta é uma decorrência natural do disposto no art. 50º do RGCO, que faz depender a cedência dos direitos ali explanados, pela prévia comunicação ao arguido dos fatos de que vem acusado, ou seja, da notificação da acusação.

AUGUSTO SILVA DIAS, diverge e bem, a nosso ver, pois a vingar a posição acima explicitada, estaríamos a seguir o sentido oposto, ou seja, estaríamos a negar à pessoa coletiva os direitos e garantias decorrentes do estatuto de arguido, precisamente no momento em que mais falta lhe faz. A admitir a posição defendida por FIGUEIREDO DIAS e FREDERICO DA COSTA PINTO, equivale à restrição da aplicação do art. 32º, n.º 10 da CRP.

Para mais, o art. 50º RGCO, não pretende regular a constituição de arguido, mas antes garantir que os direitos e garantias que dali resultam são exercidos oportunamente. Ao estabelecer a obrigação de comunicação ao arguido dos factos que vem acusado, está desde logo a reconhecer a existência deste, mesmo antes dessa comunicação. Além de que se o arguido não se pudesse manifestar antes na notificação da nota de ilicitude, então que aplicação teria o art. 46º do RGCO? Este refere-se precisamente à

comunicação de *“todas as decisões, despachos e demais medidas tomadas pelas autoridades administrativas”* que devem ser comunicadas à pessoa a quem se dirige. A última parte do n.º 1 do art. 46º do RGCO, *“(…) serão comunicadas às pessoas a quem se dirigem”* auxilia-nos nesta argumentação. Aqui ainda não estamos na presença do arguido, porém e dependendo do conteúdo da notificação que lhe for endereçada, poderá este vir a tomar a decisão de assim se constituir.

Buscando apoio no CPP, por aplicação do art. 41º, n.º 1 do RGCO, sobretudo nos arts. 57º e ss, verifica-se que nem todas as disposições se adequam ao processo contra-ordenacional, como por exemplo o próprio art. 58º do CPP, que delimita as situações em que é obrigatória a constituição de arguido. Isto porque, neste campo, não há lugar à aplicação de medidas de coação, ou à detenção de suspeitos (als. a) e b) do n.º 1 do art. 58º).

Já o art. 59º do CPP, prima pela sua inteira harmonização com o RGCO, o art. 32º, n.º 10 da CRP, e principalmente com a ideia que tem vindo a ser aqui defendida, o acautelamento dos direitos e garantias do arguido. Desta forma, pode concluir-se que a constituição da pessoa coletiva como arguida é feita através da conjugação dos arts. 32º, n.º 10, CRP, 41º, n.º 1 RGCO e 59º do CPP.

Se a entidade administrativa não cumprir com as orientações constantes das disposições elencadas, a consequência jurídica associada a este meio ardiloso de obtenção de provas e demais informações é penitenciado com a nulidade, pelo que nenhuma prova obtida nestes termos poderá ser usada em juízo, nos termos do art. 126º, n.º 2, al. a) do CPP. AUGUSTO SILVA DIAS, explica que pese embora o art. 59º, n.º 3 do CPP, não remeta para o n.º 5 do art. 58º do CPP que comina a sanção para inobservância da constituição de arguido, é preciso dar solução, pois para a procedência da aplicação da sanção de nulidade, é necessária a sua previsão legal, o que se extrai do art. 32º, n.º 10 da CRP. Sendo que a questão não se basta, com o reconhecimento da inconstitucionalidade do n.º 3 do art. 59º do CPP, e uma vez que nenhum outro diploma o consagra, a Lei Fundamental colmata esta ausência, por se tratar de direitos, liberdades e garantias que merecem a máxima proteção, sendo nesta que a nulidade se funda.

Não esquecendo que estamos na presença de pessoas coletivas, é vital para esta dissertação que se entenda quais as implicações que a sua constituição como arguida tem no processo.

Já se tendo dado como certo, que a pessoa coletiva se pode constituir como arguida também em sede do processo contra-ordenacional, nos trâmites acima indicados, resta saber quem é que efetivamente desempenha o papel de arguido. A esta questão, responde o art. 87º, n.º 1 do RGCO, que dita: “*As pessoas colectivas e as associações sem personalidade jurídica são representadas no processo por quem legal ou estatutariamente as deva representar*”. O que vai de encontro ao desenvolvido a propósito do direito processual penal. Convenhamos que, a figura das pessoas coletivas, é melhor recebida neste ramo, uma vez que os interesses que prosseguem se compatibilizam mais facilmente; em comparação com os prosseguidos pelo direito processual penal; com os bens económicos e financeiros protegidos pelo direito contra-ordenacional.

Para além de se constituir como arguida, a pessoa coletiva poderá constituir-se como assistente no processo contra-ordenacional, ao abrigo do art. 68º, n.º 1, al. a) do CPP, *ex vi* art. 41º do RGCO? A resposta será negativa, para ambas as fases do processo (administrativa e judicial), sendo que a justificação encontra-se no facto de o Direito das Contra-Ordenações Português, não consagrar a figura do assistente particular. AUGUSTO SILVA DIAS, centra a explicação para esta afirmação nos interesses efetivados através do processo-contra-ordenacional que são exclusivamente interesses públicos de ordenação sistémica.

O PRINCÍPIO DA NÃO AUTO-INCULPAÇÃO

Desde já se começa por dizer que a nossa Lei Fundamental não tutela expressamente o princípio do *nemo tenetur*, porém, é nítida a concordância, tanto doutrinal como jurisprudencial, quanto à sua consagração constitucional implícita, deitando assim por terra, qualquer argumentação que se baseie no silêncio e discrição da Constituição da República Portuguesa, para afirmar a indiferença desta quanto ao quesito em evidência. A maioria dos autores estabelece uma correspondência directa entre as garantias de defesa do arguido e o direito ao silêncio, que é um dos corolários que sustenta o princípio do *nemo tenetur*, e aqui o que mais nos interessa, ou seja, este

último como é uma clara decorrência do primeiro e da estrutura acusatória do processo, encontra a sua aclamação no art. 32º/10 CRP, que deve ser interpretado amplamente de forma a que por aquela porta possam entrar os vários trunfos que servem sobretudo para proteger a posição do arguido. Este tem assim expressão directa na conformação do direito das contraordenações, que como diz o Professor Germano Marques da Silva, (art. 32º/10) “*garante aos arguidos em quaisquer processos de natureza sancionatória os direitos de audiência e defesa*”¹⁸, o que abarca impreterivelmente o direito contraordenacional. Já a nível infraconstitucional, a sua presença é incontestável, uma vez que o Código Processo Penal salienta por diversas vezes a comparência e importância do direito ao silêncio, uma vertente, e evidente manifestação deste princípio, o que acaba por se traduzir também numa manifesta ostentação da sua aplicação a nível processual.

O direito ao silêncio, a presunção de inocência, e todo o leque que compõe os direitos e garantias de defesa do arguido, são sem dúvida, os vértices que desenham e reiteram o princípio do *nemo tenetur*, o que se pode retirar do art. 32º da CRP que consagra precisamente as garantias de defesa do arguido, que vêm a ser melhor concretizadas em vários preceitos do CPP, como os arts. 61º/1/d); 132º/2; 141º/4/a).

Posto isto, pode afirmar-se que é óbvio que as garantias de defesa do arguido devem ser importadas para o Direito-Contra-ordenacional, que embora seja muitas vezes comparado com o Direito Penal, revela determinadas nuances que marcam a diferença, pois a verdade é que toda a estrutura processual do primeiro não se revê em muitos aspectos do segundo.

Porém, independentemente de estarmos perante um direito sancionatório que em muito se distancia do direito penal, nem por isso se deve considerar que as garantias de defesa, principalmente aquelas que remetem directamente para o direito à não auto-inculpação ou auto-incriminação não têm aqui aplicação. Cabe agora entender em que medida e de que modo se pode proceder a esse propósito.

Aqui a tensão concentra-se sobretudo nas infrações fiscais, mas em relação a estas irei tecer algumas considerações um pouco mais à frente. Na realidade de hoje o

¹⁸ DANTAS, A. Leones; “*Os direitos de audição e de defesa no processo das contra-ordenações*”; in Revista do CEJ – N.º 14, 2º semestre 2010, Lisboa, 2011, pág. 318

contribuinte é um colaborador da Administração Tributária, visto que estão a seu cargo várias tarefas e obrigações que dependem da sua iniciativa e contribuição. É óbvio que alguns deveres que estão intimamente conectados com a obrigação de pagar imposto, são em muito, distintos daqueles outros que perspetivam antes a informação ou esclarecimento à Administração Fiscal sobre determinada situação que por alguma razão despertou o interesse desta última. Antes de prosseguir, é essencial determinar se estes dois processos, o processo administrativo de fiscalização e o sancionatório correm em separado, ou se pelo contrário, estão neste âmbito conexos, pois só assim se pode alcançar qual a atuação do princípio do *nemo tenetur* em ambos os casos, que embora à partida se julgue ser substancialmente diferente vem-se a certificar precisamente o oposto. Um excelente exemplo da cisão dos dois processos, é aquele que podemos observar no Direito dos Valores Mobiliários, que concentra na mesma entidade, todos os poderes implicados nos dois sistemas. Assim, um mesmo órgão reúne em si, a faculdade de fiscalizar, investigar, instruir e ainda a de punir. Ora, é mais do que certo, que num caso como este, a pessoa singular ou colectiva é confrontada consecutivamente com diversas exigências, relativas a documentos, pastas, investigações exaustivas que acabam por contribuir e em larga escala para a sua eventual condenação, isto é, o próprio arguido é um dos auxiliares e cúmplices da Administração quanto à sua própria condenação.

Sem dúvida, que parece ser um processo menos moroso, já que uma determinada entidade está encarregue de todas as tarefas necessárias, desde a instrução à aplicação da sanção, o que por um lado encurta todos os prazos e formalidades que normalmente estão associados a um processo deste género, todavia não deixa de conter o princípio do *nemo tenetur*, de tal forma, que se vê o arguido encurralado.

É inegável a confusão que subsiste entre a competência fiscalização/competência sancionatória, e como tal é natural que esta não seja a estrutura mais apelativa, uma vez que não é este o paradigma que melhor assevera o princípio do processo equitativo. A desarmonia entre as duas actividades (supervisão/sancionatória) não pode ser admitida, daí que AUGUSTO SILVA DIAS defenda que assim que nasce qualquer suspeita pode e deve o sujeito requerer a sua constituição como arguido no processo, não precisando de esperar passivamente pela notificação da prática da contraordenação, até porque assim não o impõe o art. 50º RGCO, nem essa teoria faria sentido, já que a ser assim de

que valeriam as garantias de defesa em momento posterior à nota de acusação, se estas marcam a diferença é no momento anterior a esse? Até porque, mais são as vezes em que a Autoridade Administrativa recebe a notícia da infracção, não informa devidamente o sujeito em investigação, e ainda lança mão dos deveres de cooperação, obrigando o sujeito a coadjuvar, solicitando informações e documentos pertinentes com base nos quais procede à instrução do processo. Assim quando chega o momento de apresentar a nota de ilicitude, dá-se conta que esta foi elaborada a partir dos elementos fornecidos pelo agora arguido, e é desta maneira que o princípio do *nemo tenetur* colapsa. É neste quadro, que o AUGUSTO SILVA DIAS se apoia quando pretende separar aqui dois momentos, o que na minha opinião ajuda realmente a perceber em que tempo acaba e se inicia os vários processos, a que o sujeito se submete. Destarte, não pode o sujeito ser compelido a entregar toda a informação ou documentação que a Autoridade pedir, sob a ameaça implícita de sanção pela não cooperação, que é um dever que atinge qualquer um e que deve desse modo ser cumprido, porém também ele tem que ter e conhecer os seus limites. Sabendo ou desconfiando a Autoridade de que há alguma actividade ilícita a ser perpetuada por aquele sujeito, deixa esta de se situar na relação de supervisão, pois agora o seu objecto é inclusive outro, o de investigar, daí que é neste ponto que se dá a viragem para um outro processo, o contra-ordenacional. Deve a esta altura o sujeito ser informado da sua nova condição e constituir-se arguido, o que o beneficiará, na medida em que não será mais necessário sujeitar-se às vontades da entidade supervisora. E não se pense que com isto ficam os deveres de cooperação fragilizados ou inutilizados, isto porque, estes não são de longe o único meio que por exemplo, a CMVM tem para proceder à averiguação dos dados que suportam a suspeita de infracção, pode esta aplicar as medidas cautelares previstas no art. 412.º/1 CVM, ou *“proceder à apreensão, congelamento ou inspecção de quaisquer documentos, valores ou objetos relacionados com a prática de actos ilícitos, independentemente da natureza do seu suporte, proceder à selagem de objetos não apreendidos nas instalações das pessoas ou entidades sujeitas à sua supervisão na medida em que os mesmos se revelem necessários às averiguações ou à instrução de processos da sua competência”*¹⁹ Mas não se está com isto, a declarar que o princípio do *nemo tenetur* é a autoridade última, ou seja, a sua vigência não é absoluta, e pode o mesmo ser afastado quando se deva dar

¹⁹ Art. 408º n.º 2 do Código dos Valores Mobiliários

lugar a outros direitos que segundo critérios de proporcionalidade se revelem mais apropriados, conforme dita o art. 18º/2 CRP.

Outro exemplo de tensão com o princípio do *nemo tenetur*, embora não seja exatamente nos mesmos termos, é a que resulta do Direito Fiscal. Assim, aqui a Administração Tributária *“possui amplos poderes de inspeção, cujo exercício é subordinado à descoberta da verdade material e que vão desde o acesso e o exame de quaisquer elementos que possam revelar a situação tributária do contribuinte ao levantamento de autos de notícia, à realização do inquérito pela prática de um crime fiscal e à instauração do processo contra-ordenacional”²⁰ (...)*. Nesta fase, em que o contribuinte presta toda a informação necessária e solicitada pela Administração Tributária, está a contribuir para dois processos, nomeadamente para a liquidação do imposto devido, como para o processo contra-ordenacional, deste modo, e para mais, pode o contribuinte ser responsabilizado a nível penal e também contra-ordenacional e é aqui que a teia se adensa. Posto isto, percebe-se que mesmo neste segundo contexto, a auto-incriminação do contribuinte não deixa de se fazer notar, e consequentemente o princípio do *nemo tenetur* mantêm-se oprimido, pois se ele (o contribuinte) não cumprir com os deveres de colaboração impostos pela Autoridade e pela própria lei pode incorrer em coima, ou até mesmo em pena, caso seja punido pelo crime de desobediência. Não deixa por isto o sujeito de contribuir para o seu destino, caso este se venha a confirmar.

Posto isto, é de concluir que soluções são precisas para que à disputa entre o princípio da não auto-inculpação e o dever de cooperação se dê tréguas, e para tal era importante estabelecer o limite entre o processo de fiscalização e o de contraordenação, ou que se consagrasse regras que determinem que os elementos obtidos através dos ditos documentos e informações que contribuem para a sua condenação não sirvam para fundamentar exclusivamente ou de modo decisivo a decisão condenatória. Sendo que estas ainda não foram implantadas, então é preciso achar brechas no sistema que impeçam o contribuinte de colaborar com a AT quando isso implique a sua contribuição para a auto-incriminação.

²⁰ DIAS, Augusto Silva e RAMOS, Vânia Costa; *“O Direito À Não Auto-Inculpação (Nemo Tenetur se Ipsum Accusare) No Processo Penal e Contra-Ordenacional Português”*, Coimbra Editora, 2009, pág. 47

HELENA BOLINA, critica a posição defendida por AUGUSTO SILVA DIAS e VANIA COSTA RAMOS, por se tratar de “*um apanágio da vigência irrestrita e sem quaisquer limitações no âmbito do processo contra-ordenacional do princípio do nemo tenetur*”²¹ Entende que se o dever de colaboração apenas pode valer no âmbito dos poderes de supervisão e que os elementos assim recolhidos não podem ser usados em juízo, então não se está a fazer qualquer tipo de restrição ao princípio do *nemo tenetur*, portanto uma vigência que não cede perante qualquer outro princípio. Esta será a tese da inadmissibilidade do uso probatório de quaisquer elementos recolhidos ao abrigo do dever de colaboração. HELENA BOLINA, faz referência a uma outra, a tese da restrição legítima do princípio *nemo tenetur*, preconizada por FIGUEIREDO DIAS, e MANUEL DA COSTA ANDRADE, que apesar de consentirem e defenderem a vigência deste princípio admitem a possibilidade para que se atinja um desempenho eficaz, da utilização dos elementos recolhidos junto das entidades supervisionadas que estes entregaram ao abrigo do dever de prestação de informação. Finalmente temos a tese da exclusão da entrega de documentos do âmbito do direito ao silêncio, defendida por FREDERICO DA COSTA, que considera que o direito ao silêncio no nosso ordenamento jurídico consiste apenas no direito a não prestar depoimento contra si próprio, não abrangendo assim a entrega de elementos de carácter material. Em minha opinião, volto a frisar que neste braço de ferro, tem de haver cedências, e talvez então o direito à não auto-inculpação se deva cingir ao sujeito que vai prestar declarações, ou seja, o direito ao silêncio, somente valerá para o próprio sujeito, assim poderá ele não se prestar a depoimento, se contra si próprio for.

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE COAÇÃO E DE GARANTIA

Este é mais um momento processual, que cria alguma tensão entre o CP e o CPP, no que às pessoas coletivas diz respeito. Senão vejamos: o CP dedica um capítulo inteiro às pessoas coletivas e entidades equiparadas, relativo às penas principais e acessórias que lhes poderão ser aplicáveis, quando em causa estão os crimes previstos no art. 11º, n.º 2 do mesmo diploma, uma preocupação do legislador da Reforma Penal

²¹ BOLINA, Helena Magalhães, “O direito ao silêncio e o estatuto dos supervisionados à luz da aplicação subsidiária do processo penal aos processos de contra-ordenação no mercado de valores mobiliários, in Revista do CEJ – 2º semestre 2010, N.º 14, pág. 412

de 2007, ao passo que o CPP não consegue acompanhar esta evolução e mantém o silêncio, daí que se possa afirmar que este é mais um dos marcos da inércia legislativa.

AS PENAS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS COLETIVAS

O art. 90º-A do CP, estabelece o regime geral de punição das pessoas coletivas, prevendo no n.º 1 do preceito invocado, as penas principais de multa ou de dissolução, e o n.º 2, o seguinte elenco taxativo de penas acessórias: *a) injunção judiciária; b) interdição do exercício de actividade; c) proibição de celebrar certos contratos ou contratos com determinadas entidades; d) privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos; e) encerramento de estabelecimento; f) publicidade da decisão condenatória.* Este elenco, embora seja taxativo, poderá ser aplicado cumulativamente, nos termos que adiante se enuncia.

Ora, daqui partindo, avançamos para o artigo 90º-B do CP, que se reporta à pena de multa. Esta é tida como a pena principal, cujos limites mínimos e máximos são fixados tendo como referência a pena de prisão prevista para as pessoas singulares. O que se traduz no seguinte raciocínio: um mês de prisão corresponde para as pessoas coletivas e equiparadas a dez dias de multa. Sempre que a pena aplicável às pessoas singulares estiver determinada em exclusivo ou em alternativa em multa, são aplicáveis às pessoas coletivas os mesmos limites máximo e mínimo da pena de multa. *“Abandona-se, portanto a concepção segundo a qual as pessoas coletivas devem ser submetidas a um moldura da pena de multa diferente da prevista para as pessoas singulares”²².*

A pena de multa pode ser substituída, pelas penas de admoestação (art. 90º-C do CP), caução de boa conduta (art. 90º-D do CP) ou vigilância judiciária (art. 90º-E do CP). Poderá ainda ser cumulada com a pena de dissolução (art. 90º-F) e com qualquer outra pena acessória.

²² ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, página 309

Esclarecem o n.º 6 do art. 90º-B que o incumprimento da pena de multa, não resultará na conversão em prisão subsidiária, pelos motivos óbvios, porém poder-se-á exigir coercivamente o pagamento da quantia estipulada.

Adotando uma perspetiva mais crítica, quando a este artigo, porém, também mais realista, há que questionar se esta é uma pena que causa realmente o impacto pretendido no ente coletivo, ou se este último apenas faz crer que assim o é?

*“É necessário que a aplicação em concreto da pena represente uma censura suficiente do facto e demonstre perante a comunidade a reposição da validade e vigência da norma violada”*²³, sublinha JORGE REIS BRAVO, e com razão. Não nos podemos esquecer que a pena de multa aplicada à pessoa coletiva, assenta em princípios e finalidades que se distanciam da pena de multa comum, e entende-se a razão de assim se entender. A natureza da pessoa coletiva determina que assim o seja. A pedra angular desta é o poder económico, e se este colocado em causa, então ela sente o impacto da efetivação da pena que lhe foi aplicada. Agora, a verdade é que as empresas, sobretudo as de maior dimensão, estão preparadas e chegam a ter mecanismos orientados nesse sentido, para precaver essa hipótese, de forma a que seja apenas um risco calculado. Quero com isto dizer, que essas pessoas coletivas estão preparadas para suportar o valor da pena de multa que lhes venha a ser aplicada, portanto a questão deixa de ser: *“que comportamento devo adotar para evitar que me seja aplicada a pena de multa?”*, para passar a ser: *“quando é que vai acontecer?”* Por conseguinte, o efeito de prevenção poderá esbater-se, pois a maioria das empresas, mormente as de maior dimensão, trarão essa variável para a equação, e ao se anteciparem, pagarão a multa ainda antes de a mesma lhes ser aplicada. MÁRIO SEIXAS MEIRELES, para contrariar esta linha de raciocínio tomada pelas pessoas coletivas, aquando da aplicação de uma pena de multa, apela à implementação de auditorias judicialmente determinadas. GONÇALO MELO BANDEIRA contra, invoca a violação do *“princípio constitucional da autonomia*

²³ BRAVO, Jorge dos Reis, Direito Penal de Entes Coletivos, Ensaio sobre a Punibilidade de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, Coimbra Ed., 2008, pág. 219

*privada que governa o comércio jurídico e uma intervenção totalmente fora da função jurisdicional digna de Estados totalitários*²⁴.

Ora, é natural que se pretenda criar na pessoa coletiva o efeito determinado pela pena de multa, pelo que não me parece assim tão descabido, que de alguma forma se estabeleçam auditorias vocacionadas para descobrir o impacto real que a determinação da pena garantiu. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, no seu comentário a este artigo, chama inclusive a atenção para o artigo 6º, n.º 3 da Decisão-Quadro 2005/667/JHA, de 12/07/2005, que prevê a existência de um sistema de multa proporcional às receitas da pessoa coletiva ou à vantagem financeira retirada ou esperada da comissão do crime, que talvez seja uma forma de monitorar e garantir a repercussão pretendida da pena de multa aplicada à pessoa coletiva.

O art. 90º-C do CP, apresenta-nos a admoestação, uma pena substitutiva da pena de multa. Ao contrário do que sucede na legislação especial, aqui o seu campo de aplicação não é tão vasto, pois não se afigura como a pena principal, e só é cumulável com a pena acessória elencada no art. 90º-M, publicidade da decisão condenatória.

A admoestação não tem uma incidência tão abrasiva na pessoa coletiva, como a pena de multa até porque, a ser feita explica PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, será ao representante legal da pessoa coletiva, ou então na falta deste último, à pessoa que ocupa um posição de liderança. O que se compreende, pela leitura do n.º 2 do art. 90º-C: *“a admoestação consiste numa solene censura oral feita em audiência, pelo tribunal, ao representante legal da pessoa coletiva ou entidade equiparada ou, na sua falta, a outra pessoa que nela ocupe uma posição de liderança”*. Ainda assim, não parece que seja uma pena verdadeiramente endereçada à pessoa coletiva, porque acaba por ter maior reflexo, na pessoa física que estiver no momento a ocupar o lugar de representante legal, para além de que não se vislumbra uma consequência autêntica para a pessoa coletiva, já que provavelmente não lhe irá trará desconforto algum.

Para além da caução de boa conduta trazida pelo art. 90º-D do CP, que apesar de bem pensada para a pessoa coletiva, atenta a sua natureza, poderá ser revogada pelo

²⁴ Responsabilidade Penal Económica e Fiscal dos Entes Coletivos, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 461

tribunal que ordena o cumprimento da pena de multa determinada na sentença, se o ente coletivo ou entidade equiparada não prestar a caução no prazo por ele fixado, temos o art. 90º-E, este referente à vigilância judiciária, com um elemento inovador. Dita este preceito que *“se à pessoa coletiva ou entidade equiparada dever ser aplicada pena de multa em medida não superior a 600 dias, pode o tribunal limitar-se a determinar o seu acompanhamento por um representante judicial, pelo prazo de um a cinco anos, de modo que este proceda à fiscalização da actividade que determinou a condenação(...) devendo este informar o tribunal da evolução da actividade da pessoa coletiva ou entidade equiparada semestralmente ou sempre que entender necessário”*. JORGE REIS BRAVO, chama a atenção para este cenário dúbio, afirmando que muito provavelmente a prática jurisprudencial encontrará sérias dificuldades em aplicar e executar com sucesso esta pena. Opinião com a qual tendo a concordar, pois sendo o representante judicial um mero espectador do teatro produzido pela pessoa coletiva, não será assim tão complicado contornar a sua atenção.

Passando imediatamente ao art. 90º-F do CP, a pena de dissolução é também uma pena principal, que é capaz de causar sérios danos à pessoa coletiva. Quando o artigo se reporta à *“intenção exclusiva ou predominante de praticar os crimes...”*, está com isto a demonstrar que não é necessária a concretização de algum dos crimes indicados no nº 2 do art. 11º do CP, todavia, quando o mesmo preceito se refere à prática reiterada de tais crimes, já exige que a pessoa coletiva tenha praticado dois ou mais crimes, explica PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE e *“só admite a dissolução quando a prática reiterada de crimes mostre que a pessoa coletiva está a ser utilizada para fins criminosos por quem nela ocupe uma posição de liderança. Neste caso, só pode haver dissolução se a própria liderança da pessoa coletiva estiver envolvida no aproveitamento da organização para fins criminosos.”*²⁵ Mais uma vez, nota-se a contradição com a lei penal extravagante, exemplo disso é o art. 7º, n.º 6 do DL n.º 28/84 de 20/01, que reflete uma exigência menor ao estipular que *“a pena de dissolução só será decretada quando os fundadores da pessoa colectiva ou sociedade tenham tido a intenção, exclusiva ou predominante, de, por meio dela, praticar crimes previstos no*

²⁵ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, pág.314

presente diploma ou quando a prática reiterada de tais crimes mostre que a pessoa colectiva ou sociedade está a ser utilizada para esse efeito, quer pelos seus membros, quer por quem exerça a respetiva administração.” Ao referir os seus membros, está a alargar o seu campo de incidência, confirmando assim o desfasamento com a lei geral.

A pena de dissolução é referida por muitos, como a “*pena de morte*”, como explica JORGE REIS BRAVO esta é “*a única pena principal verdadeiramente vocacionada para ser aplicada às pessoas coletivas*”²⁶. Ainda assim, PAULO SOUSA MENDES faz uma apreciação crítica mais realista, ao apontar como exemplo as pessoas coletivas que são dirigidas e programadas pelos seus órgãos precisamente para praticar ilícitos penais, pelo que não exercendo o seu direito de defesa e ao ser condenada, se não tiver património, ou o mesmo se encontrar apreendido, não temos uma condenação efetiva, mas sim meramente aparente.

A Injunção judiciária, apresentada no art. 90º-G do CP, é uma pena acessória, que segundo PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE tem como pressuposto formal “*a existência de uma ação ou omissão ilícita da pessoa coletiva ou de um estado de coisas desconforme com o direito resultante da actividade criminosa da pessoa coletiva.*” Em princípio será cumulável com a pena de multa, e com a pena de caução ou de vigilância, mas já não com a pena de dissolução, ou com a admoestação, dado o fim próprio que estas últimas encerram.

A proibição de celebrar contratos vem regulada no art. 90º-H do CP é uma pena acessória e mais utilizada na legislação extravagante. Com a sua aplicação, a pessoa coletiva está impedida de celebrar contratos com determinadas entidades, que no caso se julga serem públicas, uma vez que demonstraram não ser dignas da confiança necessária à sua interação no mercado. Neste caso, temos de ser algo comedidos, pois não pode o tribunal impedir a celebração de todo e qualquer contrato com uma determinada contraparte. Há que procurar estabelecer um critério orientador, que possivelmente terá como limite o ilícito pelo qual a pessoa coletiva foi condenada.

²⁶ MEIRELES, Mário Pedro Seixas, “Pessoas colectivas e sanções criminais: juízos de adequação”, Coimbra: Coimbra Editora, 2006”, pág. 75

Esta poderá ser cumulada com as penas substitutivas de caução ou de vigilância, mas já não com a de dissolução, dado o desfecho da aplicação da última, e nem mesmo com a admoestação. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, explica que a violação da proibição de celebrar contratos implica a nulidade do contrato por violação de lei penal, e ainda a aplicação do art. 353º do CP.

A violação da pena ilustrada no art. 90º-I do CP, relativa à privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos, terá as mesmas consequências enunciadas no final do parágrafo anterior. É também um apena acessória, e diz PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, que o seu pressuposto formal é *“o cometimento de crime pela pessoa coletiva com flagrante e grave abuso da sua capacidade contratual ou com manifesta e grave violação dos deveres contratuais, ou revelando que não é digna da confiança geral necessária à concessão de novos benefícios públicos”*²⁷.

As penas enunciadas no art. 90º-J e L, que dizem respeito à interdição do exercício da actividade e ao encerramento do estabelecimento, são também elas penas acessórias, e em ambas existe uma relação direta de causalidade, ou seja, o crime pode ter sido cometido durante o exercício da actividade, a diferença reside na delimitação do exercício do ilícito. Devido ao carácter definitivo que as duas comportam, uma vez que os efeitos da sua aproximam-se de uma dissolução, deveriam ocupar o lugar de penas principais.

Para finalizar este título, olhamos para o art. 90º-M, que também tem natureza acessória, e é obrigatória quando a pessoa coletiva seja condenada em pena de admoestação, interdição do exercício de actividade e encerramento de estabelecimento.

AS MEDIDAS DE COAÇÃO NO CPP

Retomando ao CPP, as medidas de coação, de acordo com os ensinamentos de GERMANO MARQUES DA SILVA, têm como finalidade *“acautelar a eficácia do*

²⁷ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, pág.314

*procedimento, quer quanto ao seu desenvolvimento, quer quanto à execução das decisões condenatórias*²⁸”. Diz CAVALEIRO FERREIRA que “*a finalidade dos meios de coação traduz-se assim na garantia do fim processual, isto é, da execução da decisão final, ou na segurança dos meios processuais, isto é, das provas necessárias para a prossecução do processo*”²⁹

As medidas de coação admitidas por lei e elencadas no CPP são: termo de identidade e residência (TIR), (art. 196º); caução (art. 197º); obrigação de apresentação periódica, (art. 198º); suspensão do exercício de profissão, de função, de actividade e de direitos, (art. 199º); proibição e imposição de condutas, (art. 200º); obrigação de permanência na habitação, (art. 201º); finalmente prisão preventiva, (art. 202º). Antes de iniciarmos a dissecação de cada medida de coação aqui enumerada, é importante tecer algumas considerações quanto aos princípios e condições gerais que regem a sua aplicação, quando postas em confronto com a natureza das pessoas coletivas.

A preocupação com a responsabilização das pessoas coletivas estagnou com as alterações introduzidas no Código Penal. Os arts. 11º, 90º-A a 90º-M do citado diploma são o reflexo do reconhecimento da necessidade de disposições que responsabilizem os entes coletivos pela prática de factos ilícitos. Porém, o CPP, ao não acompanhar esta evolução ficou desatualizado face ao CP. Deste modo, caso se verifique na decorrência do processo, onde a pessoa coletiva ocupe a posição de arguida, a indispensabilidade de aplicação de uma medida de coação, defrontamo-nos com um CPP insuficiente. Afirmo, JORGE DOS REIS BRAVO, que *as medidas de coação e de garantia patrimonial elencadas no CPP, foram primariamente pensadas para pessoas individuais, manifestando um verdadeiro cariz antropocêntrico, onde o problema de aplicação, das normas processuais penais materiais ganha especial proeminência*³⁰. Sendo esta afirmação, ainda uma reprodução fiel do que podemos encontrar no CPP, é vital entender quais as medidas de coação que se coadunam com a natureza da pessoa coletiva. Da panóplia explanada no CPP, é desde logo evidente que algumas delas são

²⁸ GERMANO MARQUES DA SILVA, Curso de Processo Penal, vol. II, 5.ª ed., Verbo, 2011, p. 344.

²⁹ CAVALEIRO DE FERREIRA, Curso de Processo Penal, vol. II, 1956, p. 360

³⁰ BRAVO, Jorge dos Reis, Direito Penal de Entes Coletivos, Ensaio sobre a Punibilidade de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, Coimbra Ed., 2008, pág. 329

de todo incompatíveis com a natureza do ente coletivo. Nesta categoria temos a prisão preventiva e a obrigação de permanência na habitação. Tecendo apenas algumas considerações gerais, quanto a estas, o representante legal ou os próprios órgãos das pessoas coletivas, seriam os alvos da aplicação efetiva destas medidas. Ora, a verificar-se a sua aplicação, estes enquanto responsáveis pela pessoa coletiva, estariam no fundo a ser fortemente condicionados na sua individualidade, restringidos dos seus direitos, liberdades e garantias mais importantes, e não a representar a pessoa coletiva. Daí a impossibilidade de se conseguir transpor para as pessoas coletivas este género de medidas.

No entanto, mediante o recurso à interpretação extensiva, poderemos adequar a aplicação de outras medidas de coação, sem de algum modo ferir a amplitude da letra da lei.

Obedecendo à própria sistematização do CPP, vamos atentar nos princípios e condições gerais que norteiam a aplicação das medidas de coação, e aos quais estas últimas devem obediência.

Quanto aos primeiros, apontamos os arts. 191º e 193º do CPP, que nos indicam como ponto de partida o princípio da legalidade, o da subsidiariedade, o da proporcionalidade *lato sensu*, e finalmente, princípio da judicialidade. Impera a questão: que alcance terão os princípios enunciados quando no centro estão como arguidas as pessoas coletivas?

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade, encontra a sua consagração na expressão: *nullum crimen, nulla poena sine lege*. Ou seja, qualquer crime ou sanção, tem de advir de uma lei prévia, escrita, estrita e certa, ocupando assim o lugar que lhe é devido, de garantir que a atuação de qualquer poder público do Estado se restringe ao previsto na lei. Não se pode a este respeito, deixar de referir, a CRP, que enquanto Lei Fundamental, efetiva as garantias que veiculam qualquer Estado de Direito Democrático, mais precisamente o disposto nos arts. 18º, n.º 2 e 3 e 29º, n.º3 que reiteram precisamente a importância e o cuidado na aplicação da lei penal. A lei criminal, é sem dúvida, aquela que coloca mais a descoberto os direitos, liberdades e garantias de qualquer pessoa, deixando-a vulnerável e à mercê das ações dos órgãos do Estado. Deste modo, é imperativo, que

estas ações sejam devidamente controladas e limitadas pela própria lei. Por forma, a proteger os princípios aqui subjacentes, nomeadamente os princípios da dignidade da pessoa humana, da confiança e da segurança jurídica, e obedecendo a esta restrição imposta constitucionalmente, somente serão aplicadas as medidas expressamente previstas na lei.

O CPP concretiza o princípio da legalidade, aqui revelado na vertente de princípio de tipicidade e consigna-o no art. 191º, n.º 1 ao prever que a *“liberdade das pessoas só pode ser limitada, total ou parcialmente, em função de exigências processuais de natureza cautelar, pelas medidas de coação e de garantia patrimonial previstas na lei.”* Para além das restantes disposições da CRP, onde se encontra patente a marca deste princípio, é importante destacar os arts. 27º e 28º, e também o art. 5º, n.º 1 da CEDH.

Aqui situados, e da análise feita aos arts. 18º, n.º 2, 29º da CRP, e 191º do CPP, podemos desde já concluir que imposto o princípio da legalidade, apenas serão aplicadas as medidas de coação tipificadas na lei, mediante as exigências de natureza cautelar que o caso implique, com o objetivo de proteger outros direitos ou interesses constitucionalmente previstos. Quanto à natureza cautelar das medidas de coação, cabe esclarecer que estas não são obrigatoriamente e indistintamente aplicáveis, podem ou não ser aplicadas, sendo que essa ponderação é feita casuisticamente. Já relativamente à tipificação das medidas de coação, a mesma está consagrada no elenco enunciado do art. 196º a 202º do CPP que iremos dissecar mais adiante. Embora, nem todas com a mesma atenção, uma vez que só aquelas que se harmonizem com a própria natureza da pessoa coletiva poderão merecer aplicação, pois como explica o art. 12º, n.º 2 da CRP, *as pessoas coletivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.*

Para além da verificação destes requisitos, a maioria das medidas de coação, exigem um esforço acrescido e algum cuidado na sua interpretação, para que se possam aplicar aos entes coletivos. Assim que olhamos o catálogo de medidas de coação previsto no CPP, verificamos que a interpretação declarativa da norma, não chega. E por conseguinte temos de nos aliar à interpretação extensiva, por forma a conseguir aplicar as medidas de coação às pessoas coletivas e equiparadas. De outro modo, seria praticamente impossível proceder à sua aplicação, e assim seria desprovida de qualquer sentido a

consagração da responsabilização criminal das pessoas coletivas no art. 11º do CP. Pois, sendo as medidas de coação uma decorrência natural de um processo criminal, não podendo o juiz aplicar qualquer medida, quando a mesma se revelasse de extrema necessidade, estaríamos a esvaziar o sentido e o alcance que deve ser dado ao já mencionado, art. 11º CP, assim como ao próprio estatuto do arguido, pois uma vez constituída a pessoa coletiva como arguida, têm de lhe ceder os direitos e deveres inerentes a essa qualidade.

Com este método, não estamos a querer extravasar a letra e o sentido da lei, pelo contrário, o objetivo, é dar-lhe o sentido e alcance que o legislador tinha em mente, mas que por alguma razão, não conseguiu concretizar devidamente nas expressões que utilizou, tendo como limite a margem que lhe é conferida pelo princípio da legalidade.

Mesmo com esta permissão, não se pode deixar de mencionar a perigosidade eminente, sempre que lançamos mão deste mecanismo de interpretação o, que pode facilmente resvalar e violar o princípio que lhe concedeu a sua concretização, o princípio da legalidade, sempre que tente extrapolar o sentido máximo possível das palavras compreendidas na norma.

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE LATO SENSU

As medidas de coação, dado o facto de constituírem uma limitação provisória dos direitos do arguido, e nunca definitiva, pois não esqueçamos que paira sob o desenrolar de qualquer processo sancionatório, o princípio da presunção de inocência, art. 32º, n.º 2 da CRP, estão sujeitas ao cumprimento dos princípios elencados no art. 193º do CPP.

O princípio da proporcionalidade lato sensu, tem sede constitucional no art. 18º, n.º 2, 2ª parte, e no CPP encontra consagração no art. 193º. Dele derivam três sub-princípios, a saber: o princípio da necessidade; de adequação e o princípio da proporcionalidade.

PRINCÍPIO DA NECESSIDADE

O princípio da necessidade traduz-se na indispensabilidade daquele meio para atingir um fim previamente determinado e constitucionalmente legítimo, “*se recorra ao meio necessário, exigível ou indispensável, no sentido do meio mais suave (dentro dos*

meios idóneos para alcançar um fim visado)³¹”. É notável a preocupação com o arguido, não só porque é expressamente exigível que a medida de coação se revele imprescindível, mas também pelo facto de esta se revestir da menor onerosidade possível.

Tal como sucede com as pessoas físicas, também na aplicação das medidas de coação, às pessoas coletivas, se deve seguir uma linha de gradação, ou seja, deve ser aplicada a medida que menos restrinja os seus direitos, não excedendo mas também não ficando atrás do fim pretendido. Se este último não for desse modo alcançado, dentro da mesma lógica, passamos para a medida subsequente.

PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO

O princípio da adequação encontra a sua concretização na idoneidade da medida de coação aplicável. Esta aferição é calculada através de um juízo de utilidade, ou seja, a medida de coação é idónea quando é útil à finalidade cautelar pretendida. Assim, esta análise não deve ser feita somente caso a caso, mas também ao longo da situação concreta em evidência, ou seja, a preocupação com a sua manutenção é constante. Quero com isto dizer, que mesmo que num primeiro momento, tenha sido aplicada uma determinada medida de coação, mediante a alteração das circunstâncias que levaram à sua efetivação, poderá ser necessário optar por uma outra que se revele nesse momento, mais adequada, a um novo fim que foi posteriormente redefinido.

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE STRICTO SENSU

O artigo 193º, n.º 1 do CPP, exige que a medida de coação seja proporcional à gravidade do crime de que a pessoa coletiva vem acusada, e às sanções que provavelmente venham a ser aplicadas. O princípio da proporcionalidade ou princípio da proibição do excesso, que é outra das suas denominações, é alcançado se a medida for tida como justa, ou razoável.

³¹ NOVAIS, Jorge dos Reis, Os Princípios Constitucionais relevantes da República Portuguesa, Coimbra, 2004, pág. 178 a 186

Depois desta explicação, é tido como certo que este princípio é uma peça fulcral na apreciação da necessidade, adequação e proporcionalidade da medida de coação ou de garantia patrimonial, ao caso em concreto, que se orientará também pela previsibilidade do crime e sanção a aplicar.

O princípio da judicialidade é acolhido pelo artigo 194º, n.º 1 e 2 do CPP. E decorre de diversas disposições que é da competência do juiz a aplicação das medidas de coação e de garantia patrimonial, sempre que estejam preenchidos os critérios e os princípios que as designam, excepto claro o termo de identidade e residência.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de aplicação das medidas de coação e de garantia patrimonial, estão consagradas no n.º 1 e 2 do art. 192º, e 204º, todos do CPP. Assim impõe-se que *a aplicação de qualquer medida de coação depende da prévia constituição como arguido, nos termos do artigo 58.º, da pessoa que dela for objeto, e que no momento da aplicação desta, se verifique algum dos seguintes cenários: a) Fuga ou perigo de fuga; b) Perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo e, nomeadamente, perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova; ou c) Perigo, em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de que este continue a actividade criminosa ou perturbe gravemente a ordem e a tranquilidade públicas.*

Começando pelo art. 192º, n.º 1 do CPP, ou seja, pela análise da necessidade da prévia constituição como arguido, aquando da aplicação de uma qualquer medida de coação ou garantia patrimonial, remeto para o ponto que trata essa questão, onde foi tratada de forma minuciosa, para no fundo se conseguir entender em que moldes a pessoa coletiva adquire esse estatuto.

Também o n.º 6, do mesmo preceito estabelece que nenhuma medida de coação será aplicada, se *houver fundados motivos para crer na existência de causas de isenção da responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal*. Esta disposição encontra abrigo nos princípios da necessidade e proporcionalidade, já acima desenvolvidos, que aliados à convicção adquirida pelo juiz sobre a probabilidade de condenação ou

absolvição do arguido determinam ou não a aplicação da medida. O mesmo raciocínio terá de se adotar quando se estiver em dúvida no que diz respeito à existência de causas de isenção de responsabilidade.

As causas de isenção da responsabilidade criminal a que se refere o aludido preceito, são precisamente as mesmas que apontamos às pessoas físicas, pois seria desprovido de qualquer sentido, reconhecer a responsabilização das pessoas coletivas, mas não lhes conceder que a prática do facto ilícito de que vem acusadas não possa ser justificado. Sendo causas de isenção de responsabilidade, todas aquelas que excluem a ilicitude, ou seja, o facto não é ilícito, quando praticado: *a) em legítima defesa; b) no exercício de um direito; c) no cumprimento de um dever imposto por lei ou por ordem legítima da autoridade; ou d) com o consentimento do titular do interesse jurídico lesado* – cfr. arts. 31º a 39º do CP.

No que toca às causas de extinção do procedimento criminal temos: a prescrição (art. 118º a 126º do CP); a morte, a amnistia, o perdão genérico, o indulto e a extinção (arts. 127 e 128º do CP). A morte é excluída logo à partida dada a natureza das pessoas coletivas, enquanto que a mais relevante será a prescrição.

O art. 204º do CPP, coloca em destaque a perigosidade a que o arguido pode sujeitar todo o processo e a sua investigação. Para que uma medida de coação seja aplicada é necessário que se esteja perante um dos perigos enumerados nas alíneas do preceito invocado. Reconduzindo estas hipóteses à pessoa coletiva enquanto arguida, é em alguns casos difícil a sua concretização. O perigo de fuga ilustrado na al. a), provocou alguma divergência doutrinária. A respeito JORGE DOS REIS BRAVO, exclui a aplicação desta alínea às pessoas coletivas, por considerar que o perigo de fuga consiste numa conduta própria das pessoas singulares³². A considerar a sua aplicação, no sentido de que a pessoa coletiva se pode deslocalizar, a mesma continuaria a pecar, pelo simples facto de que nem todas as pessoas coletivas constituem organizações empresariais ou contemplam a hipótese de deslocalização, por imperativos estatutários ou factuais³³. No mesmo sentido, temos PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, mas com a justificação

³² BRAVO, Jorge dos Reis, “Incidências processuais na punibilidade dos entes coletivos”, in Revista do Ministério Público, pág. 73

³³ BRAVO, Jorge dos Reis, “Direito Penal de Entes Coletivos, Ensaio sobre a Punibilidade de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, Coimbra Ed., 2008, pág. 330

assente na natureza da própria pessoa coletiva. Em sentido inverso, NUNO CASTRO LUÍS e INÊS FERNANDES GODINHO, que admitindo a deslocalização da pessoa coletiva, consideram a aplicação desta alínea no caso de existirem fortes indícios nesse sentido.

Atendendo ao sentido das palavras do preceito, e à sua *ratio*, que se traduz na preocupação em evitar o desaparecimento do arguido no decurso do processo que contra ele corre, concordo plenamente com o último entendimento exposto, pois a deslocalização da pessoa coletiva, que se concretizaria com a transferência de equipamentos ou serviços, acarretaria dificuldades à boa condução do processo.

A al. b) do art. 204º do CPP, retrata uma outra hipótese, “*o perigo de perturbação no decurso do inquérito ou da instrução do processo, para a aquisição, conservação ou veracidade da prova*”. Esta abarca toda a actividade instrutória, desde a recolha à produção de prova, em qualquer fase processual. Também este deve ser um perigo concreto e atual, sustentado em elementos de facto que o indiciem. Qualquer medida de coação que tenha por base esta alínea, não deve de todo o modo, descurar o direito do arguido em intervir na investigação, art. 61º, n.º 1, al. g) do CPP, mas também não deve servir de fundamento para obrigar a pessoa coletiva a contribuir para a instrução do processo de modo a fornecer provas incriminadoras.

Os crimes normalmente apontados à pessoa coletiva encontram-se no âmbito do direito penal económico e patrimonial, pelo que os momentos referentes à recolha de prova são da máxima importância, e revestem-se de um elevado grau de complexidade. Daí advém a necessidade de recorrer a peritagens, buscas e apreensões de documentos, que são normalmente a pedra angular de um processo desta natureza. Para que estas sejam bem sucedidas, é previsto assegurar que a pessoa coletiva não destrói ou dissipa os documentos ou ainda qualquer outro meio de prova, que possa levar à descoberta da verdade. A aplicação desta alínea não carece de recurso à interpretação extensiva, fazendo todo o sentido que seja aplicada diretamente à pessoa coletiva.

Finalmente, olhamos a alínea c) do art. 204º do CPP, que destaca o perigo “*em razão natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de que este continue a actividade criminosa ou perturbe gravemente a ordem e a tranquilidade públicas*”. Este já é um cenário, mais complicado de decifrar, quando aplicado às

peças coletivas, senão vejamos: CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, defende que a personalidade da pessoa coletiva arguida, pode basear-se *no déficit de organização, ou tendência para o crime, que poderá ser entendido como culpa na personalidade, concretizada no facto concreto por ela perpetrado*.³⁴ Com ele, temos também INÊS FERNANDES GODINHO e PATRÍCIA SILVA ALVES. Porém, em sentido contrário, encontramos JORGE DOS REIS BRAVO e PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, o primeiro frisa a falta de harmonização quando a ideia, pensada para a pessoa singular, de “culpa na personalidade”, e o segundo apesar de admitir sem reservas que o perigo de continuação de atividade criminosa possa servir como fundamento à aplicação da norma, rejeita o perigo de perturbação da ordem pública associado à personalidade do arguido³⁵.

Assim, concluímos pela aplicação sem reservas, da alínea b) do art. 204º à pessoa coletiva na qualidade de arguida, já no que toca às restantes alíneas, do mesmo artigo, é evidente o indispensável recurso à interpretação extensiva.

O artigo 195º do CPP, releva ainda neste ponto, ao determinar que: “*se a aplicação de uma medida de coacção depender da pena aplicável, deverá atender-se, na sua determinação, ao máximo da pena correspondente ao crime que justifica a medida*”. Logo, para que se possa aplicar uma medida de coacção, excepto o TIR, é necessário atender-se ao máximo da moldura penal a que corresponde o crime mais grave do qual vem o arguido acusado. A questão coloca-se na aplicação desta norma à pessoa coletiva, tendo em conta a correspondência feita entre a pena de multa e a pena de prisão. Ajudam a esclarecer este ponto os arts. 90º-A e o 90º-B, ambos do CP, já acima tratados.

Ainda antes de avançar, é importante destacar que a aplicação das medidas de coacção têm um interesse, um foco diferente quando transportadas para a realidade da pessoa coletiva. Considerando a natureza da pessoa coletiva, para a decisão da

³⁴ TEIXEIRA, Carlos Adérito, “A Pessoa Coletiva como sujeito processual, ou a “descontinuidade” processual da responsabilidade penal”, Revista do Centro de Estudos Judiciários, n.º 8 (2008);pág. 161.

³⁵, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, pág. 602

aplicabilidade de uma medida de coação ou garantia patrimonial, terá de se atender à *“previsibilidade de lucro ou prejuízo evitável e respetiva quantificação, a capacidade lesiva da pessoa coletiva e a volatilidade ou opacidade da atuação*³⁶.” O ponto de partida aqui é outro, os bens e valores da pessoa coletiva são distintos da pessoa singular, pelo que a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida de coação terá de ser avaliada e ponderada de acordo com essa realidade. Porém, o silêncio eterno do CPP, quanto às pessoas coletivas obriga-nos a recorrer demasiadas vezes à interpretação extensiva. Não é razoável, que a responsabilização das pessoas coletivas no CP, não ache o mínimo de correspondência no CPP, o que também não se coaduna com a conjuntura social atual.

TERMO DE IDENTIDADE

Retomando a sistematização do CPP, começamos pela medida de coação menos gravosa para o arguido, sendo esta a única que pode ser imposta por qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal, em qualquer processo, sem que para isso seja necessário averiguar a espécie ou a gravidade da pena aplicável. Estou a referir-me ao Termo de Identidade (TIR).

O TIR, é uma medida de coação obrigatoriamente aplicável, a todo aquele que for constituído arguido e encontra-se regulado no art. 196º do CPP. Para além da sua autonomia e independência face à espécie do crime, e à intensidade da pena, destaca-se ainda o facto de este constituir uma exceção aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, dado que o único pressuposto da sua aplicação, é que o sujeito seja constituído arguido.

Devido às características enunciadas, existe alguma divergência na doutrina quanto à natureza e à consequente consideração do TIR enquanto medida de coação. Assim, parte da doutrina defende que o TIR, não é mais do que uma obrigação, um dever que resulta do próprio estatuto do arguido. Esta corrente encontra fundamento na própria interpretação literal da norma (art. 196º do CPP), ou seja, na obrigatoriedade da sua aplicação a todo aquele que for constituído arguido, bem como no facto de esta ser a

³⁶ TEIXEIRA, Carlos Adérito, “A Pessoa Coletiva como sujeito processual” in Revista do CEJ, pág. 161 a 162

única medida que pode ser aplicada por qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal. A outra parte da doutrina, assim como a própria jurisprudência, defende que o TIR é uma verdadeira medida de coação conforme resulta da sua inserção sistemática no CPP, e salienta também o papel fundamental deste no âmbito da comunicação entre a justiça e o arguido, por forma a garantir o bom andamento do processo. Reconhece-se que o TIR, tem algumas particularidades, em confronto com as restantes medidas, porém estas não contribuem para a sua exclusão do catálogo situado entre o art. 192º e 204º do CPP. Não se avistam razões que justifiquem a não aplicação desta medida às pessoas coletivas. A própria norma em análise não faz qualquer distinção, referindo-se ao sujeito como “*todo aquele*”. Pesa sim, e a favor da aplicação desta às pessoas coletivas, a necessidade de estabelecer contacto com o arguido, facilitando assim a comunicação entre os intervenientes presentes no processo, e a celeridade processual. Nesse sentido destaca-se o ac. do TRP de 10/11/2010, proc. n.º 1223/07.7TAVCD-A.P1, ao estipular “*I - Verificadas, relativamente às sociedades arguidas, as mesmas razões de necessidade de contacto e comunicação das autoridades com os arguidos pessoas/físicas, sai justificado, pelo recurso à analogia e com as devidas adaptações, que lhes seja aplicável o regime do TIR (Artigo 196º CPP)*”³⁷”

Concluindo-se pela aplicação do TIR, às pessoas coletivas, resta explicitar os problemas que dali resultam.

O primeiro quesito surge logo pela própria epígrafe do art. 196º do CPP, a designação da medida “termo de identidade e residência”. Assim, está implícita a ideia de que a pessoa coletiva terá de apresentar as informações concernentes à sua identidade e residência. Não se criavam quaisquer impedimentos, se no epicentro estivesse a pessoa singular, pois as obrigações que decorrem desta medida foram pensadas e criadas para as pessoas singulares arguidas, porém temos a pessoa coletiva, que devido à sua natureza vê neste cenário algumas adversidades. Para as colmatar é mais uma vez imperioso o recurso à interpretação extensiva, que resolve, determinando que a pessoa coletiva preste termo de identidade, dando a identificação da sociedade, o nome com o qual esta se encontra registada, e a residência será a morada do local onde normalmente funciona a administração para que aí possa ser contactada. PAULO PINTO DE

³⁷ ac. do TRP de 10/11/2010, proc. n.º 1223/07.7TAVCD-A.P1, rel.: Ernesto Nascimento

ALBUQUERQUE, traça o percurso a adotar, relativamente à prestação do TIR por ente coletivo: *a. Indicar os elementos da sua identificação social e a sua sede; b. indicar uma morada à escolha (a sua sede, o local onde normalmente funciona a administração ou outra morada), onde possa ser notificada mediante via postal simples; c. não mudar de sede ou de local onde normalmente funciona a administração sem comunicar a sua nova sede ou local; d. Indicar o seu legal representante perante a autoridade competente sempre que a lei a obrigar ou para tal for devidamente notificada*³⁸.

A obrigação imposta pela alínea a) do n° 3 do art. 196° do CPP, leva-nos à introdução do representante legal. Embora, se concorde com a opinião de CARLOS ADÉRITO TEIXIERA, no sentido de que esta se pode aplicar sem grande esforço à pessoa coletiva, a sua concretização, necessita do apoio de uma pessoa singular. Assim, o TIR é prestado pelo representante legal em nome da pessoa coletiva, e todos os dados que este fornece às entidades competentes, são aqueles que dizem respeito à pessoa coletiva.

Se o representante legal for alterado no decorrer do processo, não se levantam problemas de maior, devendo apenas o novo representante legal exercer as obrigações que lhe caibam decorrentes da sujeição ao TIR, em nome da pessoa coletiva. A lei não esclarece a quem incumbe o encargo de informar as instâncias competentes desta alteração, porém, penso que tal caberá ao novo representante legal. Assim que o mesmo ocupe a sua posição, fica desde logo, munido não só de direitos, mas também de deveres, e para que os possa exercer sem qualquer entrave, deve dar a conhecer a sua posição. Se o representante legal entretanto mudar de residência ou se ausentar por um período de cinco dias, deve comunicar esse facto ao tribunal, diz GERMANO MAQUES DA SILVA, ao contrário de TERESA QUINTELA DE BRITO que embora reconheça que as obrigações impostas à pessoa coletiva devem ser cumpridas pelo seu legal representante no processo, isso não se traduz na imposição de obrigações que recaem sobre a pessoa jurídica arguida, acrescentando que o domicílio deverá ser o da sede da pessoa coletiva.

³⁸ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, comentário ao art. 196° do CPP,

Quanto à aliena b) do n.º 3 do art. 196º do CPP, mais uma vez se verifica que as obrigações que decorrem diretamente da lei, não podem ser aplicadas nos exatos termos em que são definidos, por estarmos na presença de uma pessoa coletiva, pelo que a exigência de que não pode o arguido se ausentar por mais de cinco dias sem comunicar a nova residência ou local onde possa ser encontrado, deve ser analisada. Por conseguinte, aplicado o seu sentido à pessoa coletiva, a residência é sinónimo de sede, esta interpretada nos termos do art. 231º, n.º 3 do CPC. A pessoa coletiva pode mudar de sede, embora os motivos que levem a essa decisão devam ser escrutinados, porém, tem a obrigação de comunicar a nova localização do espaço onde se desenvolve, para que possa ser notificada de forma eficaz.

Assim, as pessoas coletivas podem ser sujeitas ao TIR, porém ao representante legal, enquanto pessoa física individual não lhe poderá ser imposta qualquer obrigação, na qualidade de arguido.

CAUÇÃO

A caução é a segunda medida menos gravosa, descrita no art. 197º do CPP. Consiste numa garantia patrimonial imposta ao arguido para garantir o cumprimento dos seus deveres processuais. Não os honrando, caímos na previsão do art. 208º do CPP, referente à quebra da caução, revertendo o valor desta para o estado, tal como previsto no n.º 2 da norma citada. Dela resultam as seguintes obrigações: *“colocar à ordem do processo uma quantia, por meio de depósito, penhor, hipoteca, fiança bancária ou fiança, comparecer perante a autoridade competente ou manter-se à disposição desta sempre que a lei obrigar ou para tal for devidamente notificado; não perturbar o decurso do processo, criando perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova, não continuar a actividade criminosa nem perturbar a paz pública gravemente³⁹”*.

Esta é uma medida de coação que pode ser diretamente aplicada à pessoa coletiva através da interpretação extensiva. A maioria da doutrina defende que é ela a medida que melhor se compatibiliza com a natureza da pessoa coletiva, uma vez, que a sua

³⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, comentário ao art. 197º do CPP

concretização se dá através do depósito de uma determinada quantia, ou de bem com valor equivalente. Ao contrário, há na doutrina quem considere que a caução não se pode aplicar às pessoas coletivas, uma vez que a primeira depende da condição de o crime imputado à arguida seja punido com pena de prisão. Contra, temos o termo de comparação enunciado no artigo 90º-B do CPP, já aqui tratado.

Sendo esta uma medida com um carácter essencialmente material, e sendo que os interesses da pessoa coletiva resumem-se ao seu património, nesse aspecto não conseguimos vislumbrar qualquer entrave, à sua aplicação.

OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO PERIÓDICA

Está prevista no art. 198º do CPP, e visa garantir a máxima colaboração do arguido com a justiça, evitando a ausência deste durante a delonga do processo. O arguido é obrigado a apresentar-se perante a autoridade judiciária ou órgão policial designado na data e hora estabelecidas. A aplicação da obrigação de apresentação periódica, não é concebível quando apontada para a pessoa coletiva, devido à sua natureza jurídica. Este encargo, não atingiria a pessoa coletiva, mas sim o representante legal de uma forma desmesurada. Esta imposição é completamente inadmissível, pois impõe uma restrição demasiado pesada ao representante legal, de tal ordem, que este deixa de a cumprir em nome da pessoa coletiva, passando a responder a título pessoal, já que a única liberdade em causa é a dele.

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ATIVIDADES OU DIREITOS

A presente medida encontra-se regulada no art. 199º do CPP, e estabelece o seguinte: *Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 2 anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativamente, se disso for caso, com qualquer outra medida de coacção, a suspensão do exercício: a) De profissão, função ou actividade, públicas ou privadas; b) Do poder paternal, da tutela, da curatela, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito; sempre que a interdição do respectivo exercício possa vir a ser decretada como efeito do crime imputado. 2 - Quando se referir a função pública, a profissão ou actividade cujo exercício dependa de um título público ou de uma autorização ou homologação da autoridade pública, ou ao exercício dos direitos previstos na alínea b) do número anterior, a suspensão é comunicada à autoridade*

administrativa, civil ou judiciária normalmente competente para decretar a suspensão ou a interdição respetivas.

A condição imposta pelo art. 199º do CPP, “*se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 2 anos*”, tem de ser vista, como aliás já atrás se explicou, como uma moldura penal a ser considerada em abstrato, recorrendo no caso em concreto aos critérios do art. 90º-B do CPP. Pelo que este quesito está ultrapassado.

A aplicação desta medida só deve ter lugar quando seja previsível que venha a ser decretada a interdição do exercício dessa mesma atividade, função ou direito em sede de condenação. Esta é sem dúvida a medida mais restritiva dos direitos das pessoas coletivas, uma vez que os seus bens são em maioria, de natureza patrimonial. Se a aplicação desta medida se traduzir na inutilidade da pessoa coletiva, apenas poderá ser aplicada quando haja fortes indícios de que se virá a aplicar a pena de dissolução art. 90º - F do CPP, ou a pena acessória consagrada no art. 90º - J também do CPP.

PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, a este respeito, e atenta a natureza da pessoa coletiva, sustenta e com razão que, “*apenas será aceitável a suspensão do exercício da atividade pública ou privada, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito, pois são as únicas situações compatíveis com a natureza jurídica da pessoa coletiva*”⁴⁰.

PROIBIÇÃO E OBRIGAÇÃO DE CONDUTAS

A medida da proibição e obrigação de condutas vem enunciada no art. 200º do CPP. Pretende-se com ela, evitar a prorrogação da actividade criminosa e tranquilizar a opinião pública. Mais uma vez é necessário recorrer ao estabelecido no art. 90º-B do CPP, pois o art. 200º do CPP faz referência à indicição do arguido pela prática de crime doloso punível com pena de prisão máxima superior a três anos, pelo que se torna imperioso o recurso aos métodos por ele enunciados.

⁴⁰ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.ª edição 2015, comentário ao art. 197º do CPP,

Esta é uma medida que abre as portas a um leque de proibições que se pode impor à pessoa coletiva, mediante a aplicação da interpretação extensiva, visto que não é necessário fazer um grande esforço para que caiba na letra da lei, tendo em conta o sentido lógico subjacente à própria norma.

O ART. 42º DO RGCO – OS MEIOS DE COAÇÃO

A respeito dos meios de coação, o RGCO, também tem algo a dizer, e assim dita o seu art. 42º o seguinte: *“1 - Não é permitida a prisão preventiva, a intromissão na correspondência ou nos meios de telecomunicação nem a utilização de provas que impliquem a violação do segredo profissional.; 2 - As provas que colidam com a reserva da vida privada, bem como os exames corporais e a prova de sangue, só serão admissíveis mediante o consentimento de quem de direito.”*

Analisando, ficamos a saber que a prisão preventiva não é neste âmbito permitida. O que não é de estranhar. Senão, olhemos para o art. 27º, n.º 3 da CRP que prevê um elenco taxativo de casos em que a prisão preventiva é admissível. Para mais, tal como consta do ac. n.º 187/2007 do TC *“a liberdade pessoal, valor fundamental inerente à dignidade da pessoa humana, só pode ser restringida quando outros valores com ressonância constitucional o exijam. E tal restrição só pode ocorrer na medida do estritamente necessário e adequado para a prossecução desses outros valores em confronto”*, respeitando o disposto no artigo 18.º, n.º 2, da CRP. No caso, a prisão preventiva restringe de modo gravoso a liberdade do arguido, o que não se adequa com a própria natureza do ilícito de mera ordenação social e com os fins dos meios de coação associados a este.

Do mesmo modo, sempre se dirá que a prisão preventiva não é concebível em processo de contra-ordenação, de acordo com o princípio da proporcionalidade, pois não se justifica a aplicação da sanção de prisão pela prática de uma contra-ordenação. Mas estamos então a admitir, embora que ainda implicitamente, a aplicação subsidiária das medidas de coação tipificadas no CPP, ao processos contra-ordenacionais regulados pelo RGCO? Como tem sido hábito, esta é outra questão que não encontra consenso na doutrina, assim como na lei, que não faz qualquer referência expressa a este respeito, o que nos conduz a uma multiplicidade de interpretações. SIMAS SANTOS e LOPES DE SOUSA dizem que as medidas de coação do CPP não poderão ser aplicáveis ao processo

contra-ordenacional, uma vez que estas foram concebidas para infrações com carácter criminal.⁴¹ ANTÓNIO LEONES DANTAS, vai no mesmo sentido e manifesta a sua discordância relativamente à aplicação de medidas de coacção no âmbito de processos contra-ordenacionais, colocando a acentuação na violação da proporcionalidade⁴². Em sentido oposto, encontramos OLIVEIRA MENDES e SANTOS CABRAL, que defendem esta possibilidade, apoiando-se na própria subsidiariedade do art. 41º do RGCO, contudo condicionam essa aplicabilidade ao afirmar a necessidade de uma decisão judicial que a sustente. Em minha opinião, estamos a levar ao limite a aplicação do art. 41º do RGCO, só os próprios pressupostos das medidas de coacção previstas no CPP já nos ditam o resultado negativo dessa tentativa. Já para não falar no facto de que esta adaptação iria contrariar a própria natureza e objeto do direito das contra-ordenações.

Melhor sorte, têm as leis especiais, como o CVM que prevê no artigo 412.º, várias medidas cautelares: *quando se revele necessário para a instrução do processo, para a defesa do mercado de valores mobiliários ou de outros instrumentos financeiros ou para a tutela dos interesses dos investidores, a CMVM pode determinar uma das seguintes medidas: a) Suspensão preventiva de alguma ou algumas atividades ou funções exercidas pelo arguido; b) Sujeição do exercício de funções ou atividades a determinadas condições, necessárias para esse exercício, nomeadamente o cumprimento de deveres de informação. c) Apreensão e congelamento de valores, independentemente do local ou instituição em que os mesmos se encontrem.* Também a Lei n.º 50/200658, de 29 de Agosto, relativa às contra-ordenações ambientais, é rica nesse aspecto, e refere-se, nos artigos 41.º e 42.º, às medidas cautelares. Prevê o n.º 1 do artigo 41.º, que a autoridade administrativa pode determinar a aplicação das seguintes medidas cautelares: *a) suspensão da laboração ou o encerramento preventivo no todo ou em parte da unidade poluidora; b) notificação do arguido para cessar as actividades desenvolvidas em violação dos componentes ambientais; c) suspensão de alguma ou algumas actividades ou funções exercidas pelo arguido; d) sujeição da laboração a*

⁴¹ MANUEL SIMAS SANTOS e JORGE LOPES DE SOUSA, *Contra-Ordenações – Anotações ao Regime Geral*, 6.ª ed., Áreas Editora, 2011, p. 329.

⁴² LEONES DANTAS, “O Processo das Contra-Ordenações na Lei n.º 50/2006”, in *Regulação em Portugal: Novos tempos, novo modelo?*, Almedina, 2009, p. 779 e 780.

determinadas condições necessárias ao cumprimento da legislação ambiental; e) selagem de equipamento por determinado tempo; f) recomendações técnicas a implementar obrigatoriamente quando esteja em causa a melhoria das condições ambientais de laboração; g) imposição das medidas que se mostrem adequadas à prevenção de danos ambientais, à reposição da situação anterior à infracção e à minimização dos efeitos decorrentes da mesma. E nos termos do artigo 42.º, pode também ser determinada a apreensão cautelar de a) equipamentos destinados à laboração; b) licenças, certificados, autorizações, aprovações, guias de substituição e ou outros documentos equiparados; c) animais ou plantas de espécies protegidas ilegalmente na posse de pessoas singulares ou colectivas.

Esta diferença entre o RGCO e as leis especiais não nos espanta, aliás essa referência já tinha sido feita anteriormente, e como diz HELENA BOLINA, “*atenta a evolução de várias legislações sectoriais, verificam-se hoje significativos afastamentos do regime previsto no RGIMOS que terão que ser considerados na determinação do regime aplicável a cada um dos sectores*”⁴³ Assim estas medidas são admissíveis para os regimes para os quais foram desenhadas, logo tudo o que não pertencer ao âmbito de aplicação de uma lei especial, terá obrigatoriamente de cair no campo de aplicação da norma geral, o RGCO.

A FASE DE RECURSO

Quanto à fase do recurso propriamente dita, não parece que no direito contraordenacional surja questões de grande complexidade no que às pessoas coletivas diz respeito. Esta etapa é regulada pelo art. 73º, n.º 1 do RGCO que dispõe o seguinte: “pode recorrer-se para a relação da sentença ou do despacho judicial proferidos nos termos do art. 64º quando: a) *For aplicada ao arguido uma coima superior a (euro) 249,40; b) A condenação do arguido abranger sanções acessórias; c) O arguido for absolvido ou o processo for arquivado em casos em que a autoridade administrativa tenha aplicado uma coima superior a (euro) 249,40 ou em que tal coima tenha sido reclamada pelo Ministério Público; d) A impugnação judicial for rejeitada; e) O*

⁴³ HELENA BOLINA, “O direito ao silêncio e o estatuto dos supervisionados à luz da aplicação subsidiária do processo penal aos processos de contra-ordenação no mercado de valores mobiliários”, Revista do CEJ, 2.º Semestre de 2010, n.º 14, p. 386 (pp. 384-388)

tribunal decidir através de despacho não obstante o recorrente se ter oposto a tal. O dispositivo é bastante claro, estamos na presença de um elenco taxativo, pois estas alíneas concentram em si todos os fundamentos admissíveis, ao provimento do recurso da decisão judicial final.

Não há dúvidas de que o preceito em evidência impõe algumas limitações ao direito ao recurso. Sendo assim, impõe-se a questão: estamos perante uma violação do art. 32º, n.º 1 da CRP? AUGUSTO SILVA DIAS, afirma que não existe aqui qualquer violação ao direito ao recurso, uma vez que a *concretização deste direito não é sinónimo de um duplo grau de jurisdição, e porque a impugnação judicial funciona de certo modo já como um recurso*⁴⁴.

O n.º 2 do art. 73º do RGCO, prevê ainda os casos em que pode ser admitido recurso fora do catálogo que apresenta no seu n.º1. Por conseguinte, *para além dos casos enunciados no número anterior, poderá a relação, a requerimento do arguido ou do Ministério Público, aceitar o recurso da sentença quando tal se afigure manifestamente necessário à melhoria da aplicação do direito ou à promoção da uniformidade da jurisprudência.* Daqui resulta que só se poderá lançar mão deste dispositivo, se o recurso não for admissível nos termos do n.º1.

Quanto ao regime do recurso, tem legitimidade para o fazer, o MP e o arguido, *no prazo de 10 dias a partir da sentença ou do despacho, ou da sua notificação ao arguido, caso a decisão tenha sido proferida sem a presença deste* – cfr. art. 74º, n.º 1 do RGCO.

Continuando a seguir a sistematização do RGCO, o tribunal de 2.^a instância *apenas conhecerá da matéria de direito, porém a remissão do art. 74º, n.º 4 conjugado com o n.º 1 do art. 75º, leva-nos a crer, em concordância com a opinião de AUGUSTO SILVA DIAS, e sustentado pelo Ac. de TRE de 13 de junho de 2006, que “Em recurso interposto em processo contra-ordenacional para o tribunal da Relação, este pode conhecer oficiosamente dos vícios previstos no n.º 2 do art.º 410º, do C. de Processo Penal”*⁴⁵.

⁴⁴ DIAS, Augusto Silva, “Direito das Contra-Ordenações”, Almedina, 2018, pág. 255

⁴⁵ Ac. do TRE de 13.06.2006, Proc. n.º 242/06-1, Relator: MARTINS SIMÃO

No art. 75º, n.º 2 do RGCO, um reforço das garantias do arguido, deparamo-nos com a alusão ao princípio da *reformatio in pejus*, quando este determina que poderá a decisão do recurso: a) *Alterar a decisão do tribunal recorrido sem qualquer vinculação aos termos e ao sentido da decisão recorrida, salvo o disposto no artigo 72.º-A; b) Anulá-la e devolver o processo ao tribunal recorrido.*

Esta norma que aproxima o direito contra-ordenacional do direito penal, sofre algumas críticas num comentário presente no RGCO anotado de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE. Diz assim que: “*A proibição da reformatio in pejus é “inconveniente”, “injustificável” e tem “efeitos perversos”, tais como aumenta o número de recursos independentemente da gravidade das sanções e torna os recursos economicamente compensadores, sempre que estejam em causa sanções muito elevadas, por via do deferimento no tempo do respetivo pagamento*⁴⁶”. A recepção à introdução deste princípio não foi calorosa, porém o problema maior, em minha opinião surge quando olhamos para a legislação especial, que não está em concordância com o explanado no RGCO, nomeadamente, o art. 75º da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto - Lei Quadro das Contra-Ordenações Ambientais, que diz expressamente: “*Não é aplicável aos processos de contraordenação instaurados e decididos nos termos desta lei a proibição de reformatio in pejus, devendo essa informação constar de todas as decisões finais que admitam impugnação ou recurso*”.

Prosseguindo, “*O carácter definitivo da decisão da autoridade administrativa ou o trânsito em julgado da decisão judicial que aprecie o facto como contra-ordenação ou como crime precludem a possibilidade de reapreciação de tal facto como contra-ordenação*” – cfr. art. 79º, n.º 1 RGCO, assim como: “*O trânsito em julgado da sentença ou despacho judicial que aprecie o facto como contra-ordenação preclui igualmente o seu novo conhecimento como crime* – cfr. (n.º 2). Porém, o art. 82º, n.º 1 e 2, ressalva a hipótese em que procede à abertura de um inquérito penal para averiguar se o facto que serviu de objecto à decisão administrativa que aplica a coima, configura ou não a prática de um crime, sendo ainda que tal decisão caducará, no caso de o arguido vir a ser condenado em processo penal ou de se a decisão final do processo penal for

⁴⁶ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, “Comentário do Regime Geral das Contra-Ordenações, à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica Editora, 2011 pág. 294 e ss.

incompatível com a aplicação da coima e da sanção acessória. Acrescenta-se ainda que *“As importâncias pecuniárias que tiverem sido pagas a título de coima serão, por ordem de prioridade, levadas à conta da multa e das custas processuais ou, sendo caso disso, restituídas”* - cfr. art. 82º, n.º 3 RGCO.

Quanto ao art. 80º do RGCO, este volta a estabelecer uma ligação direta com o CPP, quando remete diretamente para o art. 449º e ss desse diploma, onde se prevê um recurso extraordinário, admissível com base no fundamento na descoberta de novos factos ou de novos meios de prova, que pode ser requerido pelo *“arguido, a autoridade administrativa e o Ministério”* – cfr. art. 81º, n.º 2 RGCO. Cabe ao tribunal competente para a impugnação judicial a revisão da decisão da autoridade administrativa (art. 81º, n.º 1), enquanto que a revisão da decisão judicial é da competência do Tribunal da Relação – cfr. art. 451º do CPP *ex vi* art. 81º, n.º 4 do RGCO. Já no direito processual penal, a atenção neste campo vira-se imediatamente para a alteração substancial dos factos, que quando direcionada para as pessoa coletivas, tornam todo o raciocínio ali ancorado mais complexo e questionável, que aliado à total falta de informação e esclarecimento, voltam a evidenciar o silêncio adotado pelo legislador. A alteração substancial ocorrerá nos seguintes casos: quando estamos perante um novo gerente, com novos factos; quando os contributos protagonizados pelo agente se alterem, embora a posição de liderança se mantenha; ou ainda quando a posição de liderança tenha sido alterada, e ocorra assim uma deslocação na pirâmide hierárquica.

CONCLUSÃO

A presente dissertação de mestrado não é mais do que uma simples tentativa de entender o procedimento processual de ambos os regimes: direito processual penal e direito processual contra-ordenacional. Tal como quando se iniciou esta viagem, à semelhança do escrito na introdução deste texto, estas conclusões não refletem soluções que vão resolver todos os problemas interpretativos aqui invocados. Mas nem por isso se deixa de concluir que o direito processual penal e processual contra-ordenacional estão indubitavelmente aquém do seu verdadeiro alcance, no que tange às pessoas coletivas enquanto sujeitos processuais. Ainda assim se consegue daqui destacar as seguintes conclusões:

1. Com toda a certeza se afirma que ambos os ramos processuais são aplicáveis às pessoas coletivas, e estas encontram o seu lugar, embora de uma forma inusitada em ambas as legislações.
2. A Lei 59/2007, de 4 de setembro, procedeu à introdução da pessoa coletiva, consagrando a sua responsabilização penal, porém o Código de Processo Penal não acompanhou esta inovação e permaneceu inerte.
3. O processo contra-ordenacional e o processo penal admitem a constituição da pessoa coletiva como arguida.
4. A pessoa coletiva enquanto arguida no processo contra-ordenacional e penal usufrui do seu estatuto, o que é o mesmo que dizer que tem direitos e deveres.
5. O art. 32º/10, enquanto princípio basilar de qualquer estado de direito democrático, concede e assegura às pessoas coletivas os direitos, liberdades e garantias que decorrem do próprio estatuto do arguido.
6. O direito processual penal está completamente desfasado do seu direito substantivo, daí a tremenda dificuldade em conseguir identificar quais os momentos processuais que têm andamento quando nos viramos para o ente coletivo.
7. Esta evidência, destaca-se com a aplicação, ou tentativa de aplicação das medidas de coação às pessoas coletivas. Sendo que aqui apenas se pode firmar que à pessoa coletiva não se podem aplicar medidas coativas privativas de liberdade. Pois esta é a única certeza que se extrai da lei.
8. Na decorrência do ponto anterior, também não se poderá aplicar outras medidas de coação que obriguem o representante legal a um esforço desmesurado que se traduza na diminuição dos seus direitos, liberdades e garantias. Daí a importância de separar, outra dificuldade inerente à presença da pessoa coletiva no processo, a responsabilidade do indivíduo a título individual e a responsabilidade do ente coletivo.
9. A interpretação extensiva, assim como a analogia são mecanismos de interpretação de excelência neste quadro.
10. A interpretação extensiva, é permitida porém tem de se cingir a dois pressupostos: necessidade e adequação.
11. Também as medidas de coação terão de se restringir, no sentido de que somente o direito processual penal lhes concederá procedência se estas reunirem os seus

pressupostos de aplicação: legalidade, necessidade, adequação, proporcionalidade.

12. A constituição da pessoa coletiva como arguida no âmbito do processo contra-ordenacional, não se faz com recurso ao art. 50º do RGCO.
13. O art. 50º do RGCO assegura os direitos e garantias inerentes a essa condição.
14. É imperiosa a existência de uma divisão entre quem investiga e quem julga.
15. O princípio do *nemo tenetur* é assegurado também às pessoas coletivas, em ambos os procedimentos processuais.
16. O RGCO não está também ele em sintonia com a legislação sectorial especial, pelo contrário, essa contradição, acentua precisamente a urgência de se proceder a uma uniformização de regimes.
17. É necessário chegar a um acordo, que preveja um meio termo entre o princípio da não auto-inculpação e o princípio da colaboração.

Este texto, foi somente um contributo para a confirmação da urgência de uma revisão, à lei penal e contra-ordenacional, por forma a estabelecer-se normas processuais pensadas propositadamente para as pessoas coletivas e por isso conformes com a sua natureza. Não se pretende a criação de um novo processo, mas antes que conste no artigo devido, a direção expressa no que toca à sua aplicação ao ente coletivo, e para tal somente uma alteração profunda poderá realmente contribuir de forma positiva para este cenário que ficou ancorado ao passado.

BIBLIOGRAFIA

- **ALBUQUERQUE**, Paulo Pinto de
 - *A responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas*, Revista da Ordem de Advogados, Ano 66, Vol. II, Setembro de 2006;
 - *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 3.^a edição 2015;
 - *Comentário do Código de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 4.^a Ed., Lisboa 2011;
- **ALFAFAR**, Diana; “*O Dever de Colaboração e o Nemo Tenetur Se Ipsum Accusare no Direito Sancionatório da Concorrência*”, Revista de Concorrência e Regulação, Ano III, Número 11/12, Julho – Dezembro, 2012;
- **ALVES**, Patrícia Silva; *Aplicação de medidas de coacção às pessoas colectivas*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas Empresariais, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Maio de 2013;
- **ANASTÁCIO**, CATARINA; “*O dever de colaboração no âmbito dos processos de contra-ordenação por infracção às regras de defesa da concorrência e o princípio nemo tenetur se ipsum accusare*”, Revista de Concorrência e Regulação, Ano I, Número I, Janeiro – Março, 2010;
- **ANDRADE**, Manuel da Costa;
 - “*Nemo tenetur se ipsum accusare e direito tributário. Ou a insustentável indolência de um Acórdão (n.º 340/2013) do Tribunal Constitucional*”, Revista de Legislação e Jurisprudência, Ano 144º, n.º 3989, Novembro-Dezembro 2014;
 - “*Contributo para o conceito de contra-ordenação (a experiência alemã)*”, in AA.VV., *Direito Penal Económico e Europeu – Textos Doutrinários*, vol. I, Coimbra Editora, 1998;
- **ASSUNÇÃO**, Filipa Vasconcelos de - *A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Em Especial a Problemática da Culpa*, Dissertação de Mestrado Forense orientado para a Investigação, Universidade Católica, Junho de 2010;

- **BELEZA**, Teresa Pizarro/PINTO, Frederico de Lacerda da Costa (Coords.); *Comparticipação, pessoas colectivas e responsabilidade*, Coimbra: Almedina, 2015.
- **BOLINA**, Helena Magalhães; “*O direito ao silêncio e o estatuto dos supervisionados: à luz da aplicação subsidiária do processo penal aos processos de contra-ordenação no mercado de valores mobiliários*”; In Revista do CEJ. Nº 14 Jul. 2010; Lisboa, 2011;
- **BRANDÃO**, Nuno
 - «*O regime sancionatório das pessoas colectivas na revisão do CP*», Jornadas sobre a Revisão do CP, número especial da Revista do CEJ, n.º 8, 1º Semestre 2008, pp. 41-54, também publicado em *Direito Penal Económico e Europeu. Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2009,
 - “*Colaboração com as Autoridades Reguladoras e Dignidade Penal*”, RPCC, n.º 1, Ano 24 (2014), janeiro/março,
- **BRAVO**, Jorge dos Reis
 - «*Critérios de imputação jurídico-penal de entes colectivos elementos para uma dogmática alternativa da responsabilidade penal de entes colectivos*», Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 13, 2003
 - «*Incidências processuais da punibilidade de entes colectivos*», Revista do Ministério Público, n.º 105 (2006),
- **BRITO**, Teresa Quintela de,
 - «*Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas e equiparadas: algumas pistas para a articulação da responsabilidade individual e colectiva*», Estudos em honra do Professor Doutor JOSÉ de OLIVEIRA ASCENSÃO, Volume II, Coimbra: Almedina, 2008,
 - «*A determinação das responsabilidades individuais no quadro de organizações complexas*», *Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras*, MARIA FERNANDAPALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO de SOUSA MENDES (Coord.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009,

- «*Autoria das contra-ordenações e dos dirigentes de organizações*», in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2009,
- «*Responsabilidade criminal de entes colectivos. Algumas questões em torno da interpretação do artigo 11.º do Código Penal*», RPCC, Ano 20, n.º 1, Janeiro-Março, 2010,
- «*Questões de prova e modelos legais de responsabilidade contraordenacional e penal de entes colectivos*», in *Direito Penal. Fundamentos dogmáticos e político-criminais*. Homenagem ao Prof. Peter Hünerfeld, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1209-1264, também publicado em MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA (Coord.), *Direito da Investigação Criminal e da Prova*, Coimbra: Almedina, 2014;
- «*Fundamento da responsabilidade criminal de entes colectivos: articulação com a responsabilidade individual*», *Direito Penal Económico e Financeiro*. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento, Coimbra: Coimbra Editora, 2012,
- «*Domínio da organização para a execução do facto: responsabilidade penal de entes colectivos, dos seus dirigentes e “actuação em lugar de outrem”*», Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Julho de 2012;
- **CASI**, Fermín Javier Echarri; “*Las personas jurídicas y su imputación en el proceso penal: una nueva perspectiva de las garantías procesales*”, *La Ley*, n.º 10088/2011;
- **CAVERO**, Percy García, “*Las medidas aplicables a las personas jurídicas en el proceso penal peruano*”, *Revista de Derecho, Universidad de Piura*. Vol. 7-2006;
- **DANTAS**, A. Leones; “*Os direitos de audição e de defesa no processo das Contra-Ordenações*”; in *Revista do CEJ* - N.º 14 2.º Semestre 2010, Lisboa; 2011;

- **DIAS**, Augusto Silva e **RAMOS**, Vânia Costa; “*O Direito À Não Auto-Inculpação (Nemo Tenetur se Ipsum Accusare) No Processo Penal e Contra-Ordenacional Português*”, Coimbra Editora, 2009;
- **DIAS**, Augusto Silva; “*Direito das Contra-Ordenações*”; Almedina, 2018;
- **DÍEZ**, Carlos Gómez-Jara,
 - “*Imputabilidad de las personas jurídicas?*», Homenaje al Profesor Dr. GOZALO RODRÍGUEZ MOURULLO, 2005;
 - “*La responsabilidad penal de las personas jurídicas en la reforma del Código Penal*”, 2010, n.º 7534;
 - “*Responsabilidad penal de todas las personas jurídicas? Una anticrítica al símil de la ameba acuñado por Alex van Weezel*”, Política Criminal, Vol. 5, N.º 10; disponível em http://www.politicacriminal.cl/Vol_05/n_10/Vol5N10D1.pdf;
 - “*La imputabilidad organizativa en la responsabilidad penal de las personas jurídicas. A propósito del auto de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional de 19 de mayo de 2014*”;
- **FANEGO**, Coral Arangüena, “*Responsabilidad penal de la persona jurídica y medidas cautelares personales*”, Universidad de Valladolid (España), REDEM – Revista de Derecho Empresarial, San José, Costa Rica, N.º.2 – Octubre 2014, Disponível em <http://www.redemcr.org/contenido/responsabilidad-penal-de-la-personajuridica-y-medidas-cautelares-personales/#sthash.izfwTkK4.dpuf>
- **FERNÁNDEZ**, Miguel Bajo, “*Puede una persona jurídica conocer la antijuridicidad de la norma? A propósito de una doctrina del TEAC sobre el art. 179 LGT*”, ADPCP, Vol. LXIV, 2011; disponível online;
- **GARCÍA**, Nicolás Rodríguez, “*Adecuación del proceso penal español a la fijación legal de la responsabilidad criminal de las personas jurídicas*”, Revista Penal, n.º 35, 2015
- **GARCÍA**, María Ángeles Villegas, “*Hacia un modelo de autorresponsabilidad de las personas jurídicas. La STS (Pleno de la Sala de lo Penal) 154/2016, de 29 de febrero*”, 2016;
- **GODINHO**, Inês Fernandes
 - *A responsabilidade solidária das pessoas colectivas em Direito Penal Económico*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007;

- *“Pessoas colectivas e processo penal: alguns apontamentos de uma tentativa impossível”*, *Galileu. Revista de Economia e Direito*, Vol. XII, n.º 2, 2007, e Vol. XIII, n.º 1, 2008;
- **GÓMEZ**, Andrés Díaz, *“El modelo de responsabilidad criminal de las personas jurídicas tras la LO 5/2010”*, *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 13-08 (2011), disponível em <http://criminet.ugr.es/recpc>
- **GUEVARA**, Juan Burgos Ladron de, *“La responsabilidad penal de las personas jurídicas: aspectos procesales”*, *La Ley* n.º 6378/2011;
- **HEINE**, Günter, *«Modelos de responsabilidad jurídico-penal originaria de la empresa»*, *Modelos de autoresponsabilidad penal empresarial*, CARLOS GÓMEZ-JARA DÍEZ (ed.), Pamplona: Editorial Aranzadi, 2006;
- **JAKOBS**, Günther , *“Punibilidad de las personas jurídicas?”*, in PERCY GARCÍA CAVERO (Coord.) *La responsabilidad penal de las personas jurídicas, órganos y representantes*, Mendoza/Argentina: Ediciones Jurídicas Cuyo, 2005;
- **LUÍS**, Nuno Castro, *“Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas”*, *Politeia*, Ano II (2005), Julho-Dezembro, Coimbra;
- **MARTÍN**, Adán Nieto, *“La responsabilidad penal de las personas jurídicas: esquema de un modelo de responsabilidad penal”*, *Nueva Doctrina Penal*, n.º 1, 2008;
- **MEIRELES**, Mário Pedro Seixas
 - *«Sanções das (e para as) pessoas colectivas»*, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 10, fasc. 4 - Outubro-Dezembro de 2000;
 - *“Pessoas colectivas e sanções criminais: juízos de adequação”*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006;
 - *«Responsabilidade penal das pessoas colectivas ou entidades equiparadas na recente alteração ao CP ditada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro: algumas notas»*, *Julgar*, n.º 5, Maio-Agosto de 2008,
- **MENDES**, Paulo de Sousa, *“Lições de Direito Processual Penal,”* Coimbra: Almedina, 2013;
- **MEXIA**, Ana, *“A intervenção do administrador da insolvência no processo penal em representação e defesa da pessoa colectiva insolvente e arguida”*, *RPCC* 22 , (2012);

- **MORALES**, Oscar, “*La persona jurídica ante el Derecho penal y el proceso penal*”, Homenaje al Profesor D. Juan Luis Iglesias Prada/Extraordinario-2011, *disponível online*;
- **NEILA**, José María Neila, “*La responsabilidad penal ante delitos cometidos por administradores sociales y personas jurídicas. Adaptada a la Ley de Sociedades de Capital, a la reforma del Código Penal de 2010 y a las medidas de agilización procesal de 2011, así como al RDL 9/2012, de 16 marzo*”, Barcelona: Bosch, 2012.
- **OLIVEIRA**, Ana Perestrelo de/FERRO, Miguel Sousa Ferro, «*The sins of the son: parent company liability for competition Law infringements*», Revista de Concorrência e Regulação, Ano 1, n.º 3, Julho-Setembro, 2010;
- **PALMA**, Maria Fernanda, “*Direito Penal. Parte Geral. A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal*”, Lisboa: AAFDL, 2015;
- **PASCOAL**, Ana Filipa dos Santos – “*A análise da culpa na responsabilidade penal dos entes colectivos*”, Dissertação de Mestrado Forense, Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2013;
- **PEÑA**, Juan Antonio; *La persona jurídica en el proceso penal. Aspectos civiles, europeos, penales y procesales*, Dykinson, 2012.
- **PENA**, Ana María Neira, “*La persona jurídica como nuevo sujeto pasivo del proceso penal en los ordenamientos chileno y español*”, Revista de derecho (Coquimbo), RDUCN, Vol. 21, nº.1, Coquimbo 2014, *disponível em* <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-97532014000100005>
- **PINTO**, LARA SOFIA; “*Privilégio contra a autoincriminação versus colaboração do arguido*”, BELEZA, TERESA PIZARRO/PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA (Coord.), Prova Criminal e Direito de Defesa, Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em Processo Penal, Coimbra: Almedina Editora, 2011;
- **QUELHAS**, Filipa Marta de Figueiroa , “*O advento da responsabilidade penal das pessoas colectivas no Direito Penal de Justiça à luz da reforma do artigo 11º do Código Penal português: contributo para uma leitura compreensiva dos critérios de imputação jurídico penal*,” Relatório de Estágio Mestrado em Ciências Jurídico Criminais, FDUL, 2008;

- **RAMOS, VÂNIA COSTA;** “*Corpus Juris 2000 - Imposição ao arguido de entrega de documentos para prova e nemo tenetur se ipsum accusare*”, Revista do Ministério Público, n.º 109, Jan/Mar 2007 e Revista do Ministério Público, n.º 109, Jan/Mar 2007;
- **RIPOLLÉS, José Luis,** “*A responsabilidade penal das pessoas colectivas: regulação espanhola*”, Ciências Penais, Vol. 16/2012, p. 109-145, Jan – Jun, DTR\2012\450241, disponível online;
- **SÁ, LILIANA DA SILVA;** “*O dever de cooperação versus o direito à não-autoincriminação*”, RMP, Ano 27, n.º 107, Julho-Setembro, 2006;
- **SÁNCHEZ, Jesús María Silva,** “*Criminalidad de empresa y compliance: prevención y reacciones corporativas*”, Barcelona: Atelier, 2013;
- **SIERRA, Pablo González,** “*La imputación penal de las personas jurídicas. Análisi del art. 31-bis CP*” Valencia: Tirant lo Blanch, 2014;
- **SILVA, Germano Marques da Silva**
 - “*Responsabilidade subsidiária dos gestores por coimas aplicadas a pessoas colectivas*”, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Ano II, n.º 3, 10/2009;
 - “*Questões processuais da responsabilidade penal das pessoas coletivas*” in Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal;
 - “*Questões processuais na responsabilidade cumulativa das empresas e seus Gestores*”, Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em Homenagem a JORGE de FIGUEIREDO DIAS, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português, Coimbra Editora, 2009;
- **SILVA, Sandra Oliveira;** “*Considerações em torno do princípio «nemo tenetur se ipsum accusare»: o arguido como meio de prova contra si mesmo*”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Vol. 10 (2014);
- **TEIXEIRA, Carlos Adérito;** “*A pessoa colectiva como sujeito processual; ou a “descontinuidade” processual da responsabilidade penal*”, Revista do Centro de Estudos Judiciários, n.º 8 (2008);

